

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - REALIZADA NO DIA ONZE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E UM.** -----

-----**ATA NÚMERO CENTO E QUARENTA E SEIS**-----

----- Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, por Videoconferência e Presencial, em Sessão Extraordinária, reunião sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente. -----

----- Para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual, regista-se que a presente reunião foi realizada, na modalidade mista, que combina com o formato presencial e a videoconferência, através da plataforma “Teams”. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Gabriel Maria Simplicio Baptista Fernandes, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes de Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina

Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Tadeu Costa, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Luís Duarte de Albuquerque Carreira, Natacha Machado Amaro, Susana Maria da Costa Guimarães, João Carlos de Sousa Pereira, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Maria João Bernardino Correia, Daniela Fernanda Cartaxo Serralha, Gonçalo Vassalo Moita, Rosa Maria Carvalho da Silva, Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira e Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Diana Bechet Vale. -----

----- Ana Margarida Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira. -----

----- António Modesto Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz. -----

----- Patrícia Gonçalves (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Carlos Teixeira. -----

----- José Alberto Ferreira Franco (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Daniela Fernanda Cartaxo Serralha. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice Presidente João Paulo Saraiva e o Senhor Vereador Miguel Gaspar. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, Nuno da Rocha Correia, João Pedro de Abreu Costa e Ana Rita Costenla. -----

----- Às quinze horas e oito minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. Senhoras e Senhores Deputados, Público, representantes da Comunicação Social, vamos começar com a intervenção do público que vão intervir por videoconferência, portanto, dou a palavra à Senhora Adriana Almeida, questões relacionadas com a aprovação do licenciamento da Residência de Estudantes a construir na Travessa Artur Lamas. -----

----- Portanto, a Senhora Adriana Almeida tem a palavra.” -----

----- **A Múncipe, Senhora Adriana Almeida**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, agradeço desde já a palavra que me deram. -----

----- Gostaria de frisar que este licenciamento foi a Reunião na Câmara em 2018 e foi chumbado, a terceira versão foi discutida e aprovada como... (Inaudível). -----

----- Mas nunca foi afixada informação do procedimento no terreno, portanto, há um secretismo em torno deste processo submetido pela Empresa Bechior e com consultoria do Arquiteto Capinha Lopes, que nos deixa alarmados à partida. -----

----- Estas preocupações foram postas na Reunião Pública de Câmara que deu origem a uma Reunião que decorreu na passada terça-feira com a presença do Assessor do Gabinete do Urbanismo o Arquiteto Carlos Pinto, com Arquiteto... (Inaudível) e o Assessor com Gabinete da Mobilidade o Engenheiro Bernardo Cruz. --

----- Sucintamente as nossas preocupações ... (Inaudível) a avaliação do processo que apesar de ser um edifício para habitação é licenciado enquanto equipamento, segundo o que o Vereador Ricardo Veludo nos explicou as ... (Inaudível) encontram-se numa situação ímpia tal como outras tipologias, como os lares de idosos e as clínicas de cuidados continuados, por exemplo. Mas como sabemos existem ... (Inaudível) diferentes para a avaliação de habitação e de equipamento, mas consideramos que este projeto é avaliado à luz das tipologias e torna-se um pouco confuso e incoerente. -----

----- Entretanto a Junta de Freguesia de Alcântara, enviou um ofício com catorze questões técnicas que foram levantadas depois da leitura do projeto e dos pareceres e queremos ver esclarecidas. -----

----- Aqui as principais preocupações dos moradores são e passo a enumerar: -----

----- A ocupação de 90 % do modo que é permitido e que se encontra numa zona húmida de grande venerabilidade de cheias, onde será feito um edifício com cinco pisos sendo que um é subterrâneo, para cento e de vinte e quatro fogos e para cento e

setenta e seis utilizadores num bairro residencial que é homogéneo com uma tipologia de três pisos e de baixa densidade. -----

----- Uma capacitação de... (Inaudível) lugares de estacionamento que é sustentada... (Inaudível) elaborada através de um questionário que nós até à data não temos acesso!-----

----- Cento e quarenta ... (Inaudível) numa cobertura que não contempla ... (Inaudível) nem a proteção do ruído e quando a DGPC dá parecer positivo, mas com reservas e a única salvaguarda que temos é o Vereador Ricardo Veludo que me dá em relação ao ruído, é que a Câmara Municipal tem o poder de vir desligar as máquinas se houver queixas, que pode e inviabiliza o edifício. -----

----- E ainda a completa alienação por parte da solução arquitetónica ao contexto onde este se insere. E novamente a DGPS considera que não esteja assegurado o ... (Inaudível) do quarteirão e sem quer referir a parte arquitetónica podemos assegurar que pelo menos os alinhamentos... (Inaudível) não respeitam minimamente os alinhamentos do vão existente, do edifícios existentes. -----

----- E por fim, continuamos a perpetuar uma lógica... (Inaudível) que foi entretanto estabelecida pela Universidade Lusíada e que não se coaduna com a vivência de um bairro residencial, onde escasseia o espaço para a reunião, para o convívio e para o estacionamento e basta passar um dia no nosso bairro para perceber isso. -----

----- O que pedimos aos gabinetes e pedimos a esta Assembleia é que o projeto seja revisto e que se tenha em consideração o contexto aonde este vai ser construído e ainda reforçar a importância da transparência neste processo para que consigamos construir uma cidade mais democrática e justa, para os que cá estão e para os que virão.-----

----- Muito obrigada!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.-----

----- Tem a Palavra a Senhora Marta Silva, a questão também é a apresentação da Petição Pública sobre a construção da Residência de Estudantes com 4000m2 a construir da Travessa Artur Lamas, na Freguesia de Alcântara. -----

----- Portanto, Senhora Marta Silva tem a palavra.” -----

----- **A Muniçipe, Senhora Marta Silva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos!-----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados da Assembleia Municipal e a todos os presentes.-----

----- Encontro-me aqui efetivamente para reforçar uma posição que temos enquanto moradores do Bairro da Travessa Artur Lamas, sobre questões técnicas que a Adriana Almeida já evidenciou. -----

----- Esta petição pública está neste momento com duzentas e setenta e uma assinaturas e estamos a procurar efetivamente chamar a atenção para um projeto que na sua génese como lhe chamam residência de estudantes, nós efetivamente não

estamos contra, aquilo que questionamos e que já tivemos ocasião de transmitir à própria Câmara Municipal, é que efetivamente a forma como o projeto está a ser apresentado não se coaduna de todo com a vivência do Bairro, com a tipografia do bairro, estamos a falar de um edifício que ultrapassa, nós falamos de quatro mil metros quadrados, na realidade ele está quase a chegar aos cinco mil metros, porque ele apresenta uma área de construção de quatro mil, oitocentos e quatro metros quadrados. -----

----- A outra coisa que nos preocupa. Nós temos no bairro exatamente no local aonde vai ser este edifício, temos uma zona de logradouro verde impermeável a conservar. Uma área com cerca de mil e quinhentos mil metros quadrados, em que este projeto de todo mantém essa preservação e pelo contrario parece-nos que é uma contradição ter um edifício com uma implantação que ultrapassa os mil metros quadrados e que 80% são impermeáveis. Portanto, nós temos nessa zona edifícios com cerca 30% da área de logradouro e neste momento... (Inaudível) em que apresenta 10% da área premiável e isso parece-nos uma coisa completamente incoerente. -----

----- Já para não falar em que nós tivemos o projeto e daquilo que nos foi facultado e medições que conseguimos apura, mesmos esses 10% são questionáveis. Portanto, se nós começarmos a ver as plantas e a ver as áreas aparecem efetivamente lá, parece-nos que nem esses 10%, nem isso é garantido. -----

----- Deste projeto tal como a Adriana referiu, aparecem várias incongruências e é isso que nos alarma. -----

----- Mais uma vez digo que não é por ser uma residência de estudantes, a questão é que nos parece, é que esse... (Inaudível) foi utilizado para de certa forma para facilitar o formato da aprovação do um projeto, que não cumpre minimamente os padrões urbanísticos, seja em estacionamento, seja em área permeável, seja na própria densidade e índice de edificabilidade. -----

----- Vou-vos dar um exemplo, mesmo sendo um equipamento o máximo de edificabilidade que estaríamos a falar seria 1,5 e este apresenta 3,7, portanto, é mais do dobro. -----

----- Aquilo que pedimos à Câmara e à Assembleia, é realmente que o projeto seja revisto com os padrões urbanísticos efetivamente aplicáveis a um edifício desta natureza, portanto, estamos a falar de um aumento, portanto, se conhecerem o bairro vão perceber que a maioria da edificações é pequena face a um construção nesta... (Inaudível), com contornos que se demostram muito questionáveis e em ralação a isso e aos critérios que foram avaliados, também, ficamos na dívida quando sabemos que se trata de um projeto com um impacto semelhante a um loteamento, em que teria que assegurar uma determinada, várias ... (Inaudível), elas não são asseguradas e em confronto com isso aparece-nos um calculo de compensações face à não cedência por parte... (Inaudível), em que a Câmara assume essa taxaçoão como se fosse um projeto que estivesse.... (Inaudível), portanto, não compre o índice de estacionamento como tal. -----

----- E agradeço o tempo que me dispensaram, obrigada! -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Antes de passar ao ponto seguinte dizer que a Petição 12/2021 que estas Senhoras do público se referiram, foi distribuída à 3ª Comissão Permanente para apreciação e emissão de parecer. -----

----- Vamos continuar, dando por terminado o Período de Intervenção do Público. -----

----- Vamos passar ao Voto de Pesar 146/02, apresentado pelo Grupo Municipal do PEV.” -----

----- **VOTO DE PESAR n.º 146/02 (PEV) (Subscrito pelo Grupo Municipal do PEV e pelo Deputado Municipal Independente Rui Costa) - Voto de Pesar “Capitão de Abril Arnaldo Costeira”;** -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar: -----

----- “*Voto de pesar* -----

----- ***Capitão de Abril Arnaldo Costeira*** -----

----- *Nascido em 20 de Abril de 1946, em Lamego, faleceu no passado dia 8 de Maio, aos 75 anos, vítima de doença prolongada, o capitão de Abril Arnaldo Carvalhais da Silveira Costeira, um dos militares envolvidos na Revolução dos Cravos de 1974 que ajudou a derrubar o regime fascista do Estado Novo.* -----

----- *Na madrugada de 25 de Abril de 1974, os capitães Silveira Costeira, Aprígio Ramalho, Ferreira do Amaral, Gertrudes da Silva, Arnaldo Carvalhais, Amândio Augusto entraram no Regimento de Infantaria 14 de Viseu (RI14), tendo dado início aos preparativos para o controlo interno desta unidade.* -----

----- *Da sua participação nesse movimento militar escreveu o livro “Eu Capitão de Abril me confesso” onde deixou perpetuada a descrição dos acontecimentos que antecederam o movimento dos capitães, detalhes das operações no terreno e testemunhos dos meses que se seguiram ao derrube do regime.* -----

----- *O então coronel Arnaldo Costeira havia sido condecorado pelo Presidente da República com a Ordem da Liberdade - grau de Grande-Oficial, no passado dia 26 de Fevereiro, em conjunto com outros militares e ex-militares com participação direta no 25 de Abril de 1974.* -----

----- *Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta do Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes:* -----

----- *1 - Guardar um minuto de silêncio em memória do Capitão Arnaldo Carvalhais da Silveira Costeira.* -----

----- *2 - Enviar a presente deliberação à Presidência da República, à Assembleia da República, à Associação 25 de Abril e, por seu intermédio, à família enlutada.* -----

----- *Assembleia Municipal de Lisboa, 11 de Maio de 2021* -----

----- *O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”* -----

----- *Cláudia Madeira e J. L. Sobreda Antunes.”* -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação do **Voto de Pesar 146/02 (PEV)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, e dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto de Pesar 146/02 (PEV)** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho nesta votação)-----

----- (Neste momento procedeu-se a um minuto de silêncio pelo voto de pesar.)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Terminou o minuto de silêncio.-----

----- Eu peço aos Senhores Deputados que estão por videoconferência que prestem atenção ao que se passa aqui no plenário.-----

----- Peço, também, aos serviços que vejam a questão do som para não haver problemas.-----

----- Vamos prosseguir.-----

----- Vamos passar à votação da Ata nº 135, de 02.02.2021.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **Ponto 1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 135 DE 02.02.2021;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Vamos então entrar no Período da Ordem do Dia, com a aprovação da **Ata nº 135**, de 02.02.2021. Vamos passar à votação. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, e dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Ata nº 135** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho nesta votação)-----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 135**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

----- **Ata n.º 135** Sessão Ordinária de Fevereiro (primeira reunião), realizada em dois de fevereiro de dois mil e vinte e um, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Ricardo João Oliveira Marques (PS), Diogo Leão Rodrigues (PS), José António Cardoso Alves (PS), Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD), Diana Bechet Vale (CDS-PP), Daniela Fernanda Cartaxo (IND) e Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira (IND).-----

----- **2. APRECIACÃO DO VOTO 146/01 (PAN) – SAUDAÇÃO PELOS 10 ANOS DA CONVENÇÃO DE ISTAMBUL, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----
----- “Passamos ao ponto 2 da ordem de trabalhos.-----
----- Tem a palavra o PAN.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte apresentação:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores.
----- Há 10 anos, no dia 11 de maio de 2011, foi adotada a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, conhecida por Convenção de Istambul, com esta aprovação procurou-se criar um quadro legal para a ação nesta matéria.-----
----- Portugal foi o primeiro Estado-membro da União Europeia a ratificá-lo, vindo a entrar em vigor a 1 de agosto de 2014.-----
----- A violência doméstica permanece um flagelo na nossa sociedade a nível mundial e milhões de meninas e mulheres em todo o mundo sofrem de violência diária e consecutiva.-----
----- Aliás, a Convenção de Istambul reconhece precisamente que "*a violência contra as mulheres é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens*" e que "*a violência doméstica afeta as mulheres de forma desproporcional*", sendo estas muitas vezes expostas a formas graves de violência, tais como a violência física, psicológica, o assédio sexual, a violação, o casamento forçado, os chamados «crimes de honra» e mutilação genital.-----
----- Em 2020, foram registadas 27.637 ocorrências de crimes de violência doméstica e morreram 27 mulheres, 2 crianças e 3 homens vítimas de homicídio neste contexto. -
----- A violência doméstica continua, ano após ano, a ser a tipologia criminal mais participada em Portugal, sendo no Distrito de Lisboa que se regista o maior número. --
----- Ainda não foi transposto para a legislação portuguesa tudo o que está estabelecido na Convenção, nomeadamente a necessidade de ser reconhecido o estatuto de vítima às crianças que testemunham episódios de violência neste contexto.-
----- De acordo com o Relatório do Fundo de População das Nações Unidas, mais de 55% das mulheres não têm autonomia sobre o seu corpo, o que inclui não terem direito a dizer “não” no âmbito das relações conjugais, o não terem acesso à saúde sexual e nem ao planeamento familiar mediante acesso a métodos contraceptivos. -----
----- Com este voto, pretendemos, mais uma vez, apelar à importância da erradicação da violência contra meninas e mulheres e da violência doméstica e apelar ao envolvimento de todas as pessoas nesta causa.-----
----- A crise sanitária, que trouxe uma crise económica e social de enormes proporções, fez retroceder muitas das conquistas alcançadas nesta matéria e agora é urgente investir mais na cooperação e na prevenção.-----
----- Os 10 anos da Convenção de Istambul são um importante marco contra a desigualdade de género e contra a violência doméstica, mas nesta data devemos refletir sobre o que não avançámos nesta década e no que queremos para as próximas décadas.-----

----- Queremos um futuro no qual meninas e mulheres não vivam com medo, que não tenham de pensar e voltar a pensar no que dizem, como agem e como vestem.-----
 ----- Eduquemos para a igualdade! -----
 ----- Assim, hoje propomos:-----
 ----- Saudar os 10 anos da Convenção de Istambul; -----
 ----- Congratular todos os movimentos e associações que diariamente lutam contra a violência e a desigualdade de género e contra a violência doméstica; -----
 ----- Homenagear as vítimas que sofreram e sofrem nas mãos da discriminação e violência de género; -----
 ----- Remeter a presente deliberação ao Conselho da Europa, à Assembleia da República, ao Governo e à Câmara Municipal de Lisboa e às associações e coletivos referidos no ponto 2. -----
 ----- Muito obrigado.”-----
 ----- **O Senhor Primeiro Secretário da Mesa, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----
 ----- “A Mesa aproveita para informar que o PPM subscreve este voto.”-----
 ----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “Muito boa tarde.-----
 ----- “*Livre do Medo, Livre da Violência!*”. Este foi o lema da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, mais conhecida por “Convenção de Istambul”. Este tratado internacional representa um quadro jurídico mais abrangente que contempla padrões mínimos para a resposta de um Estado à violência contra mulheres bem como, para a sua prevenção. -----
 ----- A Convenção de Istambul veio trazer mais direitos para as vítimas, bem como um papel mais interventivo para as mesmas, por força das necessidades imperiosas de proteção que se têm vindo a sentir. -----
 ----- Contudo, aquilo que gostaríamos era que esses conceitos se afigurassem como insignificantes. Mas, para que isso, venha a acontecer, importa um combate permanente na prevenção, começando desde logo em tenra idade! As experiências adversas na infância dizem respeito a eventos traumáticos que constituem ameaças graves e permanentes ao bem-estar e desenvolvimento integral da criança, com repercussões durante toda a vida. Por isso, são estas crianças vítimas de agressões e fruto de um passado triste e sofredor, uma ameaça à sociedade, que por força da infância passada revertem-se naqueles que são hoje, em grande parte, os agressores e os causadores da infortuna daqueles que, por qualquer razão, caem nas mãos de quem nunca soube o que são os afectos, o amor ou a alegria de ter uma família estruturada. --
 ----- Como se constatou no voto do PAN, os dados continuam elevados, por isso entende o PSD que, apesar das várias medidas adotadas e do enorme esforço que tem havido por parte da sociedade em combater este flagelo, tal só será possível à luz de um acompanhamento harmonioso desde a infância.-----

----- Importa elaborar critérios de orientação para acompanhar as crianças, de forma a contribuir para uma revolução cultural, fundada no respeito e dignidade do ser humano. -----

----- Só assim se conseguirá ter uma sociedade mais equilibrada e um mundo melhor. -
----- Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todas e a todos. -----

----- Queremos agradecer ao PAN terem trazido este voto de saudação. A Convenção de Istambul é um marco na prevenção e combate à violência contra mulheres e violência doméstica, pelo que a sua ratificação por Portugal foi um passo importante, pese embora ainda não estar tudo transposto para a nossa legislação. O caso das crianças e a sua consideração no crime de violência doméstica é muito importante, e o debate está já em curso, e ainda bem. Não é demais lembrar esta convenção num ano que é já marcado pela saída da Turquia desta Convenção, bem como pelo desrespeito a que ainda é votada em tantos outros países. -----

----- Os números do feminicídio envergonham-nos e temos a responsabilidade de criar uma cultura de tolerância zero à violência machista. -----

----- Por isso, para além de saudar o PAN e porque é sobre Lisboa que nos devemos concentrar, não quero deixar de saudar a CML e o pelouro dos direitos sociais pelo impulso que foi dado nos últimos anos, na senda de um caminho forte que já estava a ser trilhado. -----

----- Nestes anos foi possível: Lançar uma campanha pública contra o assédio sexual; Reforçar a resposta municipal às vítimas de violência doméstica em contexto pandémico, através de uma linha e de um espaço de atendimento - “Lisboa + Igual”; Preparar a criação do centro de atendimento municipal a vítimas de violência doméstica e de género; Avançar com o protocolo da rede especializada de Violência Doméstica no município; Alargar a bolsa de habitação para as vítimas em processo de autonomização (em articulação com a habitação); Definir uma resposta específica de acolhimento para mulheres em situação de sem abrigo; Propor o nome de Marielle Franco para uma rua da cidade. -----

----- Queremos uma cidade livre de violência machista. -----

----- Obrigada Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os Deputados Municipais Independentes Cidadãos Por Lisboa queriam saudar, antes de mais, a iniciativa do PAN e acima de tudo os 10 Anos da Convenção de Istambul, assinada no dia 11 de Maio de 2011. -----

----- Como é sabido a perseguição, a discriminação sexual, violência sexual, abuso físico e psicológico às mãos de parceiros íntimos, casamento forçado e esterilização forçada, são atos de violência profundamente traumatizantes da qual a esmagadora maioria das vítimas são mulheres. Se lhe adicionarmos a mutilação genital feminina e o aborto forçado como formas de violência em que apenas as mulheres podem ser

submetidas, obtemos o retrato chocante da diversidade de comportamentos cruéis e degradantes que as mulheres experimentam. -----

----- Tendo em conta que grande parte da violência é feita por homens, imediatamente compreendemos que a violência contra as mulheres é uma violência estrutural, uma violência que é usada para perpetuar o poder e o controle masculino.-----

----- Como sabemos muito trabalho está por fazer e muitos preconceitos estão, também, por combater e por serem ultrapassados, inclusive às vezes as próprias instituições que deviam de dar o apoio e suporte à implementação destas políticas de combate à violência doméstica, assistindo-se cada vez mais ao empenho das próprias forças policiais, dos tribunais e dos serviços sociais para ajudar as mulheres vítimas em muitos países do mundo, assim como também, em Portugal.-----

----- A Convenção de Istambul sobre a prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, baseia-se no entendimento que a violência contra as mulheres é uma forma de violência baseada no género cometida contra as mulheres, por serem mulheres. -----

----- É obrigação do Estado abordar plenamente em todas as suas formas e tomar medidas para prevenir a violência contra as mulheres, proteger as suas vítimas e processar os responsáveis. Não o fazer também tornaria responsável o próprio Estado por esses crimes. -----

----- A Convenção não deixa dúvidas, não pode haver igualdade real entre mulheres e homens se as mulheres vivenciam a violência de género em grande escala, e as agências e as instituições estatais não se envolvem e não colocam no terreno medidas concretas de combate a este flagelo. -----

----- Como não são apenas mulheres e meninas que sofrem violência doméstica, e que as desigualdades de género não se limitam a uma visão binária do mesmo, os signatários da convenção são incentivados a aplicar a estrutura de proteção que esta cria também a todos os que se encontram expostos à violência dentro da família, ou da unidade doméstica, o que é uma realidade em muitos locais do mundo e também, em Portugal.-----

----- No entanto, não se deve esquecer, como já referimos, que a maioria das vítimas de violência doméstica são mulheres, e que a violência doméstica contra estas faz parte de um padrão mais amplo de discriminação e desigualdade. -----

----- Portugal tem vindo a transpor progressivamente para letra de lei o texto, ideias e conceitos da convenção. Porém, sabemos bem que a desconstrução de ideias tão enraizadas numa sociedade de raiz patriarcal a construção de uma sociedade igualitária ainda está longe de ser atingida de ser uma realidade. Particularmente, no caso da cidade de Lisboa, também tem contribuído a própria Câmara nesta área do apoio à violência doméstica e combate, e particularmente o próprio Pelouro da Habitação na cedência ao Pelouro dos Direitos Sociais de habitações para a construção de uma rede de casas de abrigo, extremamente importante para suportar esta política. Em concreto, o município atribuiu até à data, sessenta casas para vítimas de violência doméstica ou de género, dezoito à UMAR, dezoito à APAV, dezoito à

Associação de Mulheres Contra a Violência, duas à Casa QUI, duas à ILGA e duas às Feministas em Movimento. -----

----- Em suma, e para terminar, saudamos a iniciativa e associamo-nos à mesma e caso não haja objeção por parte do PAN, gostaríamos de subscrever o presente voto de saudação pelo que pedi à Mesa que considerasse a subscrição do voto pelos Deputados Municipais Independentes Cidadãos Por Lisboa, Miguel Graça, António Avelãs, Teresa Craveiro, Joana Alegre, Ana Gaspar e Daniela Serralha. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário da Mesa, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “A Mesa informa que o CDS-PP subscreve este voto.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. -----

----- Obrigada Senhor Presidente, Senhores Secretários. -----

----- A violência contra as mulheres, jovens e crianças, continua a ser uma realidade generalizada e com números dramáticos. -----

----- A violência sobre as mulheres, jovens ou crianças tornou-se mais visível na última década e obrigou-nos a uma maior consciencialização de um problema complexo e multifacetado, e que assenta nas assimetrias e desigualdades entre H e M mas também em todo e qualquer ato que infrinja sofrimento às mulheres, ou mesmo ao aumento de outras formas de violência, que podem traduzir tráfico humano ou prostituição. -----

----- Na Convenção de Istambul foi dito que a violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos e que se trata de uma forma de discriminação contra as M todos os atos de sofrimento físico, sexual, psicológico ou económicos, ou a ameaça dos mesmos praticados na esfera pública ou privada. -----

----- Nós continuamos a reafirmar o que já dissemos várias vezes nesta Assembleia. É necessário, inverter as causas e consequências das desigualdades entre H e M, que tem na sua génese a pobreza e exclusão social, agravadas pelos níveis de desemprego, precariedade, que incidem particularmente sobre as mulheres. -----

----- A pandemia e as medidas de combate à COVID 19, além do problema de saúde pública, tem sido um pretexto para o agravamento deste flagelo social, muito agravado pelo contexto das causas estruturais das desigualdades, aumentando o risco de violência, tanto contra as mulheres como crianças, na família, mas também das discriminações e violência, sobre as mulheres, no trabalho, e na sociedade. -----

----- A formas de violência no trabalho têm-se traduzido por repressão, intimidação, incumprimento dos direitos laborais, desregulação de horários de trabalho, discriminações salariais, assédio moral ou sexual, situações agradas pela precariedade e desemprego. -----

----- A violência no trabalho aumenta a vulnerabilidade do estatuto da mulher e a sua condição na família e na sociedade. -----

----- As formas de violência sexual, seja na família, ou na sociedade, designadamente com a prostituição, exigem programas de apoio e de saída para que estas mulheres possam recorrer, impedindo que outras em situação de pobreza e de desespero não tenham que recorrer a este tipo de violência sexual.-----

----- A violência contra as mulheres na família exige além de políticas públicas de consciencialização das mulheres na sociedade, uma ação na aplicação e no cumprimento dos direitos das mulheres como meio incontornável e consistente no combate a este problema social, porque as medidas que dizem estarem em prática não tem demonstrada eficácia nem eficiência.-----

----- A violência sobre as mulheres jovens ou crianças tornou-se um flagelo social a exigir políticas a nível escolar, laboral e de justiça. São necessárias medidas e políticas publicas que façam prevalecer os direitos das vítimas seja na família, no trabalho ou na sociedade. -----

----- Sobre o voto apresentado votaremos favoravelmente.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Foi há dez anos que se deu este passo importante, que se aprenderam novas palavras, que tomámos consciência de que há um fenómeno estrutural que percorre o planeta e que tem estas características. -----

----- Nestes dez anos algumas coisas foram alteradas. Mas ainda, há bastante por fazer e o simples facto de que parte da legislação não ter sido transposta é indicativo de que há resistências e que muito está por fazer. -----

----- Queria só deixar um apelo. Quando no sábado oitenta meninas foram mortas barbaramente, numa explosão, só porque queriam ir à escola, a nossa alma dói. Como é que é possível fazer-se barbaridades deste tipo? -----

----- Queria deixar um voto de solidariedade com todas as meninas e mulheres que sofrem este flagelo e esperemos que a próxima década seja mais benéfica do que foi esta. -----

----- Tem sido um progresso, passo a passo, e que tenhamos fé que daqui a dez anos a situação seja mais favorável. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos passar à votação. -----

----- **Voto nº. 146/01 – (Subscrito pelos Grupos Municipais do PAN, CDS-PP, PPM e pelos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Ana Gaspar, António Avelãs, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça e Teresa Craveiro) – “Saudação Pelos 10 anos da Convenção de Istambul”**. -----

----- (O Voto nº. 146/01, fica anexado à presente Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, e dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto nº 146/01** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --
----- “Vamos passar ao ponto seguinte.”-----

----- **3. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 146/01 (2ª CP) - RESULTANTE DO 2º RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DA CIDADE DE LISBOA – ATIVIDADE DO TRANSPORTE EM TÁXI APRESENTADO PELA 2ª COMISSÃO PERMANENTE, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----

----- (A Recomendação nº. 146/01, fica anexada à presente Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --
----- “Dou a palavra ao Senhor Deputado Relator José Alberto Franco vai falar por videoconferência.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente, o Senhor Deputado José Alberto Franco não pode estar presente, e pediu-me, enquanto Presidente da 2ª Comissão Permanente, se podia dizer algumas palavras com a sua autorização?”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu: --
----- “Com certeza, Senhor Deputado. -----
----- Faça o favor de prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- Como é do vosso conhecimento a 2ª Comissão tem realizado um conjunto vasto de audições de acompanhamento da situação económica da cidade na sequência da pandemia e, naturalmente, depois da recessão económica que se lhe seguiu. E tem acompanhado não só o tecido associativo, como também organizações representativas dos trabalhadores, e se começou por um conjunto mais abrangente de sectores e motor da cidade, depois também se tem focado em algumas zonas do território e nalgumas temáticas. E o sector do Táxi é uma delas.-----

----- Tem procurado a 2ª Comissão acompanhar aquilo que são as respostas que a Câmara Municipal de Lisboa tem colocado, também o trabalho que tem feito com as Juntas de Freguesias, ao mesmo tempo que também ouvimos aqueles nos dão o gosto de estar connosco nestas audições, sobre as respostas a nível nacional. -----

----- E ao mesmo tempo, como vai avançando a pandemia e a recessão e portanto, há muito tempo que estamos a viver esta situação, também as preocupações têm evoluído, ou seja, se numa primeira fase se centravam mais na fase da emergência,

depois do alargamento dos apoios. E agora também há uma conjugação entre medidas mais imediatas e medidas que têm a ver com aquilo que podemos designar por um esforço e as condições necessárias para a recuperação económica. -----

----- Ao nível do sector do Táxi, não vou ler detalhadamente todas as propostas de recomendação porque os Senhores têm, bem como o relatório. Nós ouvimos as entidades representativas do sector, os relatórios são muito detalhados, e ao nível da comissão, nós, como sempre, procurámos fazer um relato muito circunstanciado daquilo que eram as audições, das perguntas e das respostas, as propostas e os comentários que as organizações representativas do sector faziam, mas depois focámo-nos naquilo que era consensual entre a comissão, sempre na procura de fazer avançar ideias, propostas, fazer com que a Câmara Municipal possa refletir ao mesmo tempo que também possa usar o seu peso político e institucional para, junto do Governo e da Assembleia da República, possa defender alguns dos temas. -----

----- Nesse sentido, as recomendações estão separadas entre aquelas que são diretas à Câmara Municipal e aquelas em que a Câmara é convidada, instada, a poder pronunciar-se junto dos outros órgãos. -----

----- Nós aguardamos os temas dos apoios numa lógica que a Câmara já tem seguido, de possibilitar a existência de serviços para o sector. Ao mesmo tempo, a utilização do sector para publicidade institucional do município para estudar a possibilidade de utilização, quer ao nível do município, quer ao nível metropolitano, dos passes sociais nos Táxis. -----

----- Também para se avançar para o debate de fixação de contingentes de Táxi a nível intermunicipal, ou regional. -----

----- Também uma melhoria do número de praças de Táxi e da sua visibilidade.-----

----- A possibilidade de a Câmara contribuir, também, que é um tema sempre falado quando abordamos a melhoria da atratividade de Lisboa, de contribuir para a melhoria do funcionamento das praças de Táxis no aeroporto e no terminal de cruzeiros. -----

----- Uma articulação de complementaridade entre o sector e os outros modos de transporte. -----

----- E em seguida, há um conjunto de outras propostas, matérias relacionadas com o Governo, em que nós entendemos pela relevância que tem para a cidade de Lisboa e para a Área Metropolitana de Lisboa, que a Câmara poderá ter uma palavra a dizer. ----

----- E é isto, Senhor Presidente. É um trabalho exaustivo.-----

----- Cumprimentar todos os Senhores Deputados Relatores e todos os membros da comissão porque contribuíram muito, não só nas audições, como também no trabalho conjunto do relatório destas propostas.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros colegas, Público presente.-----

----- É já facto assente que a pandemia do coronavírus, ao provocar uma queda abrupta do turismo e das atividades noturnas, a redução da mobilidade e a

obrigatoriedade do teletrabalho, paralisou a quase totalidade da atividade dos motoristas de transporte de passageiros na cidade de Lisboa, provocando quebras históricas na sua faturação. -----

----- Apesar da melhoria da situação epidemiológica e do gradual desconfinamento do país, os números mostram que, devido aos receios de contaminação, os consumidores continuam a preferir formas individuais de transporte, o que significa que, também neste sector, está ainda longe o regresso à normalidade. -----

----- Consciente dos impactos devastadores da quebra da procura neste sector de atividade e valorizando o papel social que os taxistas desempenharam e continuam a desempenhar nestes tempos de pandemia, o Partido da Terra – MPT é, obviamente, favorável ao Programa de Apoio aos Motoristas de Veículos de Transporte em Táxi, mas entende que, por uma questão de justiça e de respeito pelas regras da concorrência, urge desenvolver um programa semelhante para os motoristas de transporte individual de passageiros em veículo descaracterizado que operam na cidade de Lisboa, bem como alargar a este sector os apoios com serviços que este Executivo tem dado ao sector do táxi, exatamente como está a acontecer ao transporte de pessoas idosas ou com mobilidade reduzida para os locais de vacinação contra a Covid-19. -----

----- O Partido da Terra irá votar favoravelmente a Recomendação apresentada pela 2.ª Comissão, mas entendemos que, no âmbito das audições promovidas às diversas entidades representativas do tecido económico e social da cidade, deveriam ter sido ouvidas, não apenas as três associações representativas do sector do táxi, mas também todos os representantes das plataformas eletrónicas de transporte de passageiros. -----

----- Muito Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Secretários da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Começo por saudar o trabalho realizado pela 2ª Comissão, em particular os Senhores Deputados Relatores, e naturalmente, o Senhor Presidente da 2ª Comissão pelo trabalho realizado. -----

----- Foi bastante exaustivo na auscultação e levantamento junto da Federação Portuguesa do Táxi Central e a Rádio Táxi de Lisboa, num exercício de preocupação para com estas importantes instituições da cidade e endereçamento das suas inquietações a quem de direito. -----

----- Resulta no entanto que apenas constam vertidas nesta recomendação as propostas consensualizadas pelos elementos da comissão e respetivas forças partidárias, ou seja, não corresponde a um documento que explique a totalidade das posições e as preocupações de todas as entidades envolvidas, apenas as consensualizadas. -----

----- Fixou claro das audições a degradação preocupante das relações entre o sector e o município, particularmente, neste mandato, em especial as relações associadas ao período de mandato do Senhor Vereador Miguel Gaspar. Recordou, em particular, o líder da ANTRAL que o Senhor Presidente da Câmara na famosa manifestação contra

as plataformas digitais, se comprometeu a organizar uma reunião mensal com as associações de táxi. Mas foi, apenas, mais uma promessa de Medina que nunca mais os recebeu. -----

----- Percebemos, também, num dos resultados das audições que as prometidas medidas acordadas com o Governo para a modernização do sector, transitaram da gaveta do anterior Governo para a gaveta do atual, esbarrando com o silêncio do Ministério da Economia. -----

----- Ainda sobre o apoio do Município no âmbito do Programa Lisboa Protege, de quinhentos euros a fundo perdido, ficou claro que apesar de positivo compara mal com os cinco mil euros de apoios dados na Espanha e na Alemanha. -----

----- Além disso, verifica-se que muitos dos profissionais do sector não têm tido direito a apoios uma vez que se encontram reformados e sem vínculo à Segurança Social, estando por isso excluídos. -----

----- E por falar em apoios e uma vez que o recomendado portal da transparência municipal não existe, pergunto ao Senhor Vice-Presidente em relação ao apoio previsto para os taxistas, até agora, quantos é que já foram atribuídos? E da tranche total de dois milhões de euros quanto é que já foi liquidado? E, por último, atendendo a que os prazos das candidaturas acabam a trinta de junho, qual prevê que venha a ser a sua execução? -----

----- Por fim, uma pergunta que foi feita pelo Representante da Federação Portuguesa do Táxi sobre o concorrente fortíssimo das empresas de *take away* que o Senhor Presidente anunciou em entrevista ao Jornal Observador, o que nos pode dizer do sucesso desta medida? Segundo o responsável foi um insucesso total, não tendo o município conseguido implementar qualquer modelo eficaz de intermediação. O que nos pode dizer o Senhor Presidente sobre este concorrente aos *ubers* da vida? -----

----- Apresentei aqui algumas questões que me parecem contundentes a bem da defesa de uma classe que me habituei a respeitar. De um símbolo da cidade de cujos os serviços utilizo habitualmente e que são a imagem da marca da cidade. -----

----- Dito isto, concludo saudando esta proposta que votaremos, naturalmente, a favor. --

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Deputados. -----

----- Relativamente a estas recomendações que são apresentadas pela 2ª Comissão, em primeiro lugar, e à semelhança do que fizemos também já na semana passada, creio que é importante deixar uma palavra e saudar o trabalho que esta comissão tem feito porque, de facto, temos conseguido ouvir muitos representantes de muitos sectores de atividade da cidade de Lisboa, para fazer, um bocadinho, o mapeamento daquilo que são as dificuldades que têm sido encontradas e de propostas que podemos levar mais além, e aqui à Assembleia municipal para tentarmos resolver esses problemas. -----

----- Creio que as audições com o sector do táxi acabaram por ser bastante úteis desse ponto de vista, porque conseguimos ter uma ideia neste momento, de quais é que são as dificuldades encontradas e creio que, como sempre tem que ser. -----

----- Creio que a comissão apresenta aqui as recomendações que foram consensualizadas sem prejuízo do relatório ser bastante extenso relativamente àquilo que foram as propostas das várias associações e da federação, ouvidas e que portanto estão disponíveis para consulta de todos e de todas e que, obviamente, esperemos que pelo menos, da parte da Câmara Municipal, e da audição que tivemos com o Vereador também nos pareceu que há alguma abertura para ir mais além em determinadas medidas de apoio. -----

----- Quero deixar duas notas, também, sobre as propostas que são apresentadas, ou seja, aquelas propostas que terá que ser por meio da Câmara para chegarem ao Governo, são muito importantes, algumas delas têm a ver com uma coisa tão simples como o cumprimento de legislação e de fazer com que o grupo de trabalho nacional que existe sobre a modernização do sector do táxi tem de ter seguimento e isso é algo bastante constante em todas as associações, é muito importante que seja feita essa pressão porque de facto é um grupo de trabalho que tem tido muitas discussões, muitas reuniões, muitas propostas em cima da mesa. -----

----- Por fim, estas audições foram de facto sobre o sector do táxi. As plataformas digitais na verdade, sendo um concorrente direto, estamos a falar de um sector que trabalha de uma forma completamente diferente, aliás, a própria Lei 45/2018 que foi aprovada. -----

----- Da parte dos contingentes ainda temos o problema de ainda não existirem contingentes para estes veículos, aliás, além de outros problemas quase de incumprimento da lei, quase inexistente fiscalização deste sector e abusos permanentes por parte das plataformas cujos representantes, se nem com os representantes do Governo, ou sindicatos, ou organizações do Estado reúnem, e portanto, seria muito difícil também fazermos aqui esta audição a quem não quer ser ouvido, claramente, e portanto, parece-me que o trabalho feito espelha bastante bem um sector que está consolidado em Portugal, em Lisboa, e que tem as suas associações representativas bastante específicas e bastante bem claras ao contrário dos restantes. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Deputados. --

----- O Partido Socialista considera a mobilidade nas suas várias formas, como essencial à vida da cidade, à vida em comunidade e à própria economia da cidade. -----

----- E dentro das várias formas de mobilidade, o sector do táxi é muito relevante tal como temos vindo a dizer. -----

----- Daí que seja importante nas fases de emergência pandémica, na recessão económica e na fase de recuperação da economia, a atenção que a Câmara Municipal de Lisboa tem dado ao sector do táxi e tem dado à mobilidade em geral. Uma atenção que já dava no período pré-pandemia, basta nós pensarmos e atentarmos ao trabalho efetuado ao nível da CARRIS com os investimentos que têm sido feitos com a gestão municipal, pensarmos também no custo para as famílias dos títulos de transporte,

como esses custos diminuíram e como isso foi importante numa determinada fase e, agora, na recuperação económica será certamente, ainda, mais relevante, e também a atenção que tem sido dada às várias formas de mobilidade suave e de micromobilidade. -----

----- Lisboa é hoje uma cidade melhor neste domínio, e daí que os apoios financeiros dados no âmbito do Lisboa Protege ao sector do Táxi, bem como os serviços contratualizados durante a pandemia e o processo de vacinação sejam de saudar, sejam de recordar sempre quando abordamos este tema, e sejam de plasmar como muito importantes para o sector, para a mobilidade e para a economia da cidade. -----

----- Não vou detalhar as várias propostas que estão aqui em cima da mesa porque acabei por as abordar, mas como temos vindo a referir nos últimos meses, este conjunto de apoios que o município tem dado e este conjunto de propostas que o Partido Socialista também subscreve e apoia no âmbito do trabalho da 2ª Comissão, inserem no quadro do mais ambicioso programa de apoio em termos de dimensão global, um programa que é o mais robusto em termos de prazos, apoios per capita, simplicidade e desburocratização. Dimensões sempre integradas num quadro de um diálogo permanente com todas as forças políticas, com todos os órgãos autárquicos, com todo o tecido associativo. -----

----- E é isso que nós, Partido Socialista, temos preconizado. Nós estamos permanentemente abertos a ouvir, abertos a acolher aperfeiçoamentos porque a Câmara Municipal de Lisboa também o está. Saber ouvir, decidir e executar tem sido uma mais valia, e nós acreditamos numa gestão municipal que pondera as sugestões, que sabe decidir e que sabe executar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pouco há a acrescentar àquilo que já foi dito sobre o trabalho realizado pela Comissão de Economia na audição às estruturas representativas do setor de táxi. Obviamente, mencionar que o CDS-PP concorda com aquelas que são as recomendações feitas, quer à Câmara Municipal de Lisboa, quer ao Governo, nomeadamente e em particular destacar aqui a possibilidade de utilização do setor do táxi, mas não só, para publicidade institucional da Câmara Municipal de Lisboa. É algo que se tem vindo a fazer pouco, aliás, a Câmara muito poucas vezes utiliza a sua rede de comunicação, nomeadamente, nesta fase do COVID, para anunciar, entre outros, o Programa Lisboa Protege. Tem-no feito por outros meios, mas era importante, nomeadamente na questão da transição digital, utilizar as redes nomeadamente da Câmara, mas também recorrer ao setor do táxi para esse mesmo efeito. -----

----- Depois, há aqui várias matérias, nomeadamente, nas recomendações que dizem respeito à resolução dos problemas das praças de táxis, e dou o exemplo do caso da Praça de Táxis do Saldanha que tem sido uma reivindicação e uma preocupação trazida pelo setor dos táxis há algum tempo, e não tem sido resolvida. Aliás, eu nesse sentido voltava a perguntar à Câmara, porque já perguntámos várias vezes sempre

sem resposta, sobre o grupo de trabalho que existe há mais de uma década na Câmara Municipal de Lisboa, onde está incluído o setor do táxi e as suas estruturas representativas, e onde são discutidos todos estes problemas ao nível da mobilidade. --

----- Efetivamente a resposta que nós temos por parte destas estruturas representativas é que por um lado, ou esses grupos de trabalho não reúnem, ou tudo ali que é falado acaba por não ter qualquer conclusão. -----

----- Continuando, a questão da revisão do contingente também é importante começar a olhar para ela sob o ponto de vista metropolitano e municipal. Penso que essa é uma matéria que se deve refletir não só ao nível do Concelho de Lisboa, mas a nível metropolitano, onde a Câmara Municipal de Lisboa tem assento, e obviamente, não deixar de destacar aqui aquele que foi o apoio ao setor do táxi durante esta fase pandémica e que ainda está em curso, e que tem que ver com a deslocação de idosos para fazer a vacinação. De resto, uma proposta que o próprio CDS-PP apresentou na Assembleia Municipal. -----

----- Não foi falado aqui neste relatório de um outro apoio que não foi dado diretamente pela Câmara, mas através do Turismo de Lisboa, a que a Câmara Municipal pertence, e que foi as deslocações pela cidade do ponto de vista turístico efetuadas pelo setor do táxi, com preço fixo, e já tivemos oportunidade de discutir esta matéria, mas não queria deixar de destacar que essa foi uma das medidas tomadas nesta altura. -----

----- Também o facto dos problemas que continuam a persistir na tomada e largada de passageiros junto a paragens de táxis, quer no terminal de cruzeiros, quer no terminal do aeroporto. O próprio CDS-PP já apresentou em Câmara uma proposta para tentar solucionar esta matéria. É algo que eu penso que a Câmara tem de resolver a curto prazo até porque temos de começar a pensar numa estratégia e refletir sobre a matéria de mobilidade e no impacto que ela tem no setor turístico. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de mais, enaltecer o trabalho da 2ª Comissão ao abordar este tema. -----

----- Dizer também que a Câmara gostaria de ter tido a oportunidade de falar com os Senhores Deputados sobre esta matéria. Talvez numa próxima oportunidade, terei todo o gosto de falar convosco sobre aquilo que é o trabalho que a Câmara tem vindo a desenvolver sobre esta matéria e aquilo que temos vindo a trabalhar em diferentes frentes. -----

----- Há alguns desafios endereçados entre a Câmara e o Governo, e a verdade é que a competência está mesmo no Governo. Mas na generalidade das recomendações, não necessariamente em todas, também a Câmara acompanha as preocupações. -----

----- Destacar o trabalho que temos vindo a fazer no setor do táxi. -----

----- Eu não me revejo nas palavras que um dos representantes disse na comissão, olhando para os relatórios. Eu acho que a relação com a Câmara sempre foi franca com o setor dos táxis e estreitou com a pandemia porque temos a noção que foi um setor que particularmente ficou impactado com a pandemia, um setor que presta

serviço público à cidade e onde a Câmara cria os apoios necessários para apoiar, quer os trabalhadores taxistas, quer também os empresários que asseguram o transporte das pessoas para a vacinação. -----

----- Sabemos também que é necessário continuar a trabalhar o assunto do aeroporto e do terminal de cruzeiros, sendo certo que quer um, quer outro, estiveram praticamente parados durante este período. -----

----- E também, vamos ter que voltar novamente aos temas da modernização do setor da frota, reconhecendo apesar de tudo que o setor do táxi na cidade de Lisboa não é o mesmo que era há sete anos atrás, ou há seis anos atrás, de lá para cá, quer pela digitalização, quer pelos investimentos na frota, há que reconhecer aquele que é o investimento que tem vindo a ser feito no setor do táxi que não é um setor de atividade económica da cidade, é um setor de serviço público, estamos a falar de serviço público de transportes ainda que seja individual, mas faz parte do pacote de ofertas diferenciadas no sentido das suas obrigações e deveres que se tem por se prestar um serviço público. -----

----- E também por isso, merecer a nossa particular atenção ao nível do que é a gestão de um contingente municipal, daquilo que funciona na cidade de Lisboa e que temos a certeza que é no dia a dia dos profissionais e dos empresários que trabalham na cidade de Lisboa. -----

----- Digo isto para lembrar os Senhores Deputados a oposição que há no setor dos TVDE's, onde não temos informação de quais é que são os carros que circulam e não circulam em Lisboa, se passam mais tempo em Lisboa, no Algarve, na Amadora ou em Cascais, e onde a Câmara naturalmente, ainda que considerando relevantes e importantes os apoios que venham do Governo para este setor de atividade, não é um setor que a Câmara entenda que tenha a mesma responsabilidade como tem com o serviço público de transporte individual, ou seja, o táxi, daquilo que é o contingente municipal com quem continuaremos a falar e temos as melhores relações. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- Fazia um apelo à Senhora Deputada Ana Mateus que pediu a votação por pontos, e como há doze pontos, eu pedia que dissesse os pontos em concreto que pretende separar. -----

----- Portanto, são os pontos 1.1.2, 1.1.3, 321, 3.2.3 e 3.2.5. Portanto, não são doze votações, são menos. -----

----- Vamos passar à votação. -----

----- Vamos votar em conjunto os pontos **1.1.1, 1.1.4, 1.1.5, 1.1.6 e 1.1.7 da Recomendação nº 146/01 (2ª C.P.)**. Não há votos contra, abstenção dos Deputados municipais Independentes Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e os(as) Deputados(as) Municipais Independentes Ana Gaspar, António Avelãs, Carlos Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro.

Os pontos 1.1.1, 1.1.4, 1.1.5, 1.1.6 e 1.1.7 da **Recomendação nº 146/01** foram **aprovados por maioria**. -----

----- Vamos passar à votação dos pontos 1.1.2 e 1.1.3 da **Recomendação nº 146/01**. Votos contra do PSD e do MPT, abstenção dos Deputados Municipais Independentes Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM e os(as) Deputados(as) Municipais Independentes Ana Gaspar, António Avelãs, Carlos Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro. Os pontos 1.1.2 e 1.1.3 da **Recomendação nº 146/01** foram **aprovados por maioria**. -----

----- Vamos passar à votação dos pontos 3.2.1, 3.2.3 e 3.2.5 da **Recomendação nº 146/01**. Votos contra do PSD, do MPT e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção do Deputado Municipal Independente Raul Santos, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM e os(as) Deputados(as) Municipais Independentes Ana Gaspar, António Avelãs, Carlos Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rui Costa e Teresa Craveiro. Os pontos 3.2.1, 3.2.3 e 3.2.5 da **Recomendação nº 146/01** foram **aprovados por maioria**. -----

----- Vamos passar à votação dos pontos 3.2.2 e 3.2.4 da **Recomendação nº 146/01**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, e dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. Os pontos 3.2.2 e 3.2.4 da **Recomendação nº 146/01** foram **aprovados por unanimidade**. -----

----- Vamos passar ao ponto 4 da ordem de trabalhos.”-----

----- **4. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 146/02 (2ª CP) - RESULTANTE DO RELATÓRIO FINAL DAS AUDIÇÕES AOS SINDICATOS APRESENTADO PELA 2ª COMISSÃO PERMANENTE, NO ÂMBITO DO ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DA CIDADE, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----

----- (A Recomendação nº. 146/02, fica anexada à presente Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Dou a palavra à Deputada Relatora Maria Luísa Aldim.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim mandou-me há pouco uma mensagem dizendo que está presa num compromisso profissional e pediu-me para dizer umas palavras sobre o relatório com a sua autorização.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu: --

----- “Faça favor, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “De um modo sucinto, e em linha com o que já tive oportunidade de referir, também entendeu a 2ª Comissão que ouvindo tantas associações representativas do tecido empresarial e também do tecido associativo, que era muito relevante ouvir as organizações representativas dos trabalhadores na perspectiva de que a comissão, ao mesmo tempo, também sirva de porta voz dos anseios, das críticas, das sugestões, das propostas, que aqueles que têm marcado presença nas audições que temos realizado, de tudo aquilo que nos fazem chegar.-----

----- Ainda que muitas destas matérias não sejam competência exclusiva, ou nem sejam mesmo em alguns dos casos, competência da Câmara Municipal, mas também porque dado o peso político, institucional, económico de Lisboa no quadro nacional, são sempre matérias relevantes quando são abordadas pelos órgãos do município. -----

----- Nesse sentido, também agradecer à Senhora Deputada Maria Luísa Aldim pelo excelente trabalho de compilação que fez, a todos os outros deputados relatores, a todos os outros de diferentes forças políticas que participaram na construção deste texto, tal como habitual, ele está estruturado em duas partes, uma primeira, de matérias que são dirigidas à Câmara Municipal para que possa ponderar alguns dos assuntos e no fundo acabam por subsumir ao alargamento das redes de apoio social que já têm funcionado, e bem, na cidade, mas que foram aspetos muito focados no apoio aos trabalhadores, e o trabalho que tem sido desenvolvido pela Câmara em articulação com as freguesias. -----

----- Muitas propostas e ideias sobre a necessidade de melhorar a divulgação e de envolver as estruturas representativas dos trabalhadores nessa divulgação, e depois, algumas propostas que não são para o imediato, são mais para o futuro. -----

----- Há um vastíssimo conjunto mais abrangente de matérias relacionadas com competências do Governo, em que entenderam os deputados da 2ª Comissão também desafiar a Câmara a ponderar sobre elas e acolher, pronunciar-se e servir também de eco a algumas das diferentes matérias, e aí são matérias mais direcionadas para as matérias laborais e sindicais que estão perfeitamente descritas e identificadas.-----

----- A última nota, também, para dizer que nós optámos e estas são as matérias que foram consensualizadas no seio da comissão, mas todas as outras estão vertidas na descrição, e no relatório, e aquilo que nós dizemos sempre na 2ª Comissão é que fazemos esse trabalho de auscultação, e depois aquilo que não é trazido ao plenário pela 2ª Comissão e que pode ser sempre abordado por deputados que exerçam o mandato como independentes, ou pelas forças políticas. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rapidamente sobre este relatório, também faz parte do acompanhamento que a 2ª Comissão tem feito e ele é de grande importância porque nós estamos a passar e possivelmente durante alguns meses ainda vamos atravessar um período de crise social grande, o que significa que estas matérias têm de ser olhadas com alguma relevância, a questão do desemprego e o facto da cidade de Lisboa hoje estar a verificar números de desemprego num sector de atividade específico como o turismo,

bastante elevados e as consequências que isto depois trás do ponto de vista social, devem ser olhadas com atenção, tal como de uma maneira mais geral deve ser olhada para a questão de que tipo de economia é que queremos na nossa cidade? Que tipo de empregos é que queremos na nossa cidade? Se precisamos de diversificar, e como é que diversificamos mantendo, ou aumentando, os direitos laborais que são garantidos aos trabalhadores. -----

---- E portanto, acho que é uma situação relevante e que deve ser tida em conta pela Câmara mas também, pelo próprio governo. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Para a economia da cidade como temos dito o tecido empresarial e associativo é essencial mas nada é mais importante que os trabalhadores. Daí que a audição das suas estruturas representativas tenha sido um momento importante do trabalho que a 2ª Comissão tem vindo a fazer. Daí, também, que a formulação consensual de recomendações à Câmara e outras para que a Câmara sensibilize o Governo e a Assembleia da República sejam temas importantes e que o PS acompanha, apoia e promove naquilo que é este debate permanente entre os órgãos municipais e as estruturas representativas, entre a vida e a comunidade, entre, no fundo, o tecido associativo da nossa cidade. -----

----- Importa salientar que de tudo aquilo que temos ouvido em sede de audições um aspeto que não podíamos deixar de referir em nome do Partido Socialista é uma saudação ao trabalho articulado que a Câmara Municipal e as vinte e quatro freguesias da cidade têm feito no apoio social aos trabalhadores em dificuldades fruto da pandemia e do seu impacto no trabalho, no emprego com direitos. Sem esses apoios municipais os trabalhadores estariam a ter ainda mais dificuldades. E esse é um aspeto muito importante daí os pedidos que temos tido de mais e melhor comunicação, de mais envolvimento das estruturas sindicais dessa divulgação do trabalho conjunto que tem sido feito dos apoios que têm sido dados, mas sem que isso signifique um menor reconhecimento pela excelência desse apoio social, desses apoios financeiros que têm sido dados. -----

----- Por isso, termino dizendo que o mais importante para nós Partido Socialista neste trabalho conjunto que temos feito na 2ª Comissão, é como sempre, um desafio a todos os órgãos autárquicos, mas em especial à Câmara Municipal a quem se dirige em primeiro lugar, estas recomendações, para a possibilidade de continuarmos a conseguir ir mais além, de ponderarmos sempre ir mais além. Nós queremos sempre que a Câmara Municipal continue com esta postura, de ouvir, de ponderar, de saber decidir, de saber executar, que continue a envolver as forças vivas da cidade, que continue a trabalhar para comunicar, para fazer chegar a informação às pessoas, para fazer chegar os apoios às pessoas. -----

----- Termino dizendo que o mais importante, também, é que não só continue a fazer esse trabalho, mas que depois use o seu peso político e institucional para que todos os órgãos a nível nacional também possam ir mais além porque os trabalhadores

merecem, o tecido económico e social merece e nós precisamos de uma economia a recuperar.-----

----- E é deste trabalho conjunto que a recuperação se fará. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- Iremos votar favoravelmente as Recomendações da 2ª Comissão resultantes do Relatório Final das Audições aos Sindicatos sobre a situação económica da cidade por entendermos que são, no seu conjunto, bastante importantes e vão ao encontro de algumas das principais preocupações trazidas. -----

----- A destruição do aparelho produtivo, a entrega de empresas e sectores estratégicos aos grandes grupos económicos, o desinvestimento nos serviços públicos, o ataque aos direitos (dos trabalhadores mas não só), resultaram na acentuação das desigualdades e no agravamento da situação económica, social e laboral. Sucessivas opções políticas de direita e de submissão, nomeadamente, às imposições da União Europeia agravaram as condições de vida e de trabalho que a epidemia, agora, veio por ainda mais a nu. Essas opções políticas têm permitido manter intocável ou mesmo aumentar a riqueza acumulada das grandes empresas, promovendo novos ataques aos direitos e aprofundando a exploração. -----

----- O relatório e estas recomendações espelham uma grave realidade laboral na cidade – que é também a do país – o aumento do desemprego, a ameaça pendente sobre milhares de postos de trabalho, o ataque à contratação colectiva, os baixos salários, o trabalho com vínculo precário, a falta de fiscalização dos ataques aos direitos, sucessivamente denunciados. -----

----- A epidemia que vivemos hoje veio tornar ainda mais evidente muitos destes problemas que há muito tempo assolam o mundo do trabalho. -----

----- Mas mesmo neste contexto que vivemos, altamente exigente e complexo, houve medidas do Governo para mitigar problemas económicos e sociais que acabaram por ser aproveitadas pelas empresas (principalmente as grandes empresas) para infligir e intensificar a exploração sobre quem trabalha. Vejam-se as recomendações sobre o lay-off ou sobre o período experimental, apenas para dar 2 exemplos. -----

----- A epidemia veio demonstrar o que, há muito, os trabalhadores afirmam: só com a valorização do trabalho e dos trabalhadores é possível avançar nos direitos e dar uma verdadeira resposta social aos problemas que o país enfrenta. Só com mais e melhores serviços públicos, especialmente o SNS, poderemos ascender a um patamar de desenvolvimento para o país e, naturalmente, também para a cidade. -----

----- O concelho de Lisboa, mesmo não tendo a maioria das empresas do distrito, continua a ter um peso incontornável no tecido económico e empresarial, pelo que estas recomendações (à CML mas também ao Governo) se revestem de particular responsabilidade e importância. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vice Presidente João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Eu em primeiro lugar queria saudar a comissão pelo trabalho que desenvolveu e pela qualidade do mesmo e pela possibilidade de nos trazer aquilo que são as posições dos sindicatos, de todos aqueles que no mundo laboral se preocupam, obviamente com perspetivas diferentes, como é salutar em democracia, mas que se preocupam com a nossa vida em sociedade e, nomeadamente, com as questões relacionadas com o mundo do trabalho.-----

----- Dizer-vos, também, que o Município de Lisboa, relativamente às questões que foram suscitadas ao longo desta pandemia, ao longo deste período que a todos nos apanhou de surpresa, teve duas abordagens:-----

----- Uma, no fundo, a primeira tentando atacar, estancar um conjunto de problemas que advinham da própria pandemia e que têm enormes impactos sociais. E portanto, atuar na emergência. Atuámos na emergência internamente, assegurando as condições necessárias de trabalho, as possíveis, numa determinada altura e, depois, cada vez maiores, os nossos trabalhadores, por forma a que o Município de Lisboa pudesse estar na primeira linha. -----

----- Já agora, o Município de Lisboa como foi dito, e muito bem, pelo Deputado Rui Paulo Figueiredo, e as Juntas de Freguesia, uma parceria que vem sublinhar que é nos momentos difíceis que se percebe como é que nos organizamos e como é que somos capazes de dar resposta àquilo que são os desafios. -----

----- E se há coisa que ficou clara para aqueles que têm dúvidas sobre a descentralização e todo um percurso que está a ser feito de dotação das Juntas de Freguesia de capacidade de intervenção, ficou claro que as Juntas de Freguesia são a Cidade de Lisboa, um instrumento fundamental cada vez mais importante e que souberam estar com o município à altura daquilo que foram e são os desafios num período tão difícil como aquele que vivemos. -----

----- Mas dizia eu que a nossa primeira perspetiva foi uma perspetiva de emergência e atuámos em todos os domínios numa primeira abordagem com todos os enfoques social, direto, através das Juntas de Freguesia, apoio alimentar, apoio aos mais desprotegidos, e depois gradualmente a retoma da capacidade do tecido social.-----

----- Dizer-vos que, para terminar dado que o tempo é tão curto, é com orgulho que podemos olhar para os números e para as preocupações que são grandes na cidade de Lisboa, mas que temos estrutura na cidade para podermos responder. Estrutura pública, estrutura com parceiros privados, com parceiros do tecido social, que nos permitem a ambicionar ter uma cidade mais inclusiva e uma cidade preparada a dar resposta a todos os desafios.-----

----- Dizer-vos, também, que a cidade está a conseguir responder a todos os desafios que tem neste momento, de forma articulada e muitas vezes articulada também com todas as forças que fazem parte dos nossos órgãos de decisão municipal, a Câmara e a Assembleia Municipal, mas com toda essa capacidade que o município tinha que advém de uma gestão sustentável durante muitos anos, mas que também, neste

momento, por motivos de precaução, nos faz estar preparados eventualmente, para um aprofundar de alguma crise social se assim vier a acontecer, de outros meios financeiros que complementarão os meios que virão do Plano de Recuperação e Resiliência, meios financeiros, bancários vários, nacionais e internacionais, para que o município esteja preparado para de forma rápida intervir sempre que necessário como tem feito até hoje, preventivamente, e de forma a preparar a cidade para sairmos desta crise. -----

----- A decisão mais importante que tomámos para podermos combater o inevitável impacto na economia do desemprego é mantermos e concretizando a promessa que fizemos no início da pandemia que não íamos dar tréguas sobre aquilo que eram os nossos planos de investimento, e hoje podemos afirmar que temos mais de seiscentos e vinte milhões de euros, como prometemos, de investimento em curso na cidade de Lisboa, protagonizados pela Câmara de Lisboa, e isso vai ser um instrumento fundamental para que a cidade possa recuperar com o Município de Lisboa a ser o motor dessa recuperação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice Presidente. -----

----- Vamos passar à votação. -----

----- O Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves pediu em separado o ponto 14, pelo que iremos votar os outros treze pontos juntos. -----

----- Vamos votar os **pontos de 1 a 13 da Recomendação 146/02 (2ª CP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, e dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. Os pontos **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 da Recomendação nº 146/02 foram aprovados por unanimidade.** -----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente Rui Costa na votação destes pontos) -----

----- Vamos passar à votação do **ponto 14 da Recomendação 146/02**. Voto contra do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Raul Santos, Paulo Muacho e Teresa Craveiro. O **ponto 14 da Recomendação nº 146/02 foi aprovado por maioria.** -----

----- (Ausência dos Deputados Municipais Independentes Carlos Teixeira e Rui Costa na votação deste ponto) -----

----- **5. APRECIACÃO DA PROPOSTA 192/CM/2021 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DE UMA PARCELA DE TERRENO, ANTIGO TROÇO DA AZINHAGA DOS FERNEZINS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO**

NA ALÍNEA O), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;-----

----- (A Proposta nº 192/CM/2021, fica anexada à presente Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “O Relator do parecer é o Senhor Deputado Tiago Cruz a quem dou a palavra se pretender usá-la.-----

----- Não tenho indicação que queira intervir. -----

----- Peço que vejam se existe algum deputado inscrito para este ponto. -----

----- Não há nenhum inscrito pelo que vamos passar à votação. -----

----- Vamos votar a **Proposta nº 192/CM/2021**. Não há votos contra, abstenção do PPM, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta nº 192/CM/2021** foi **aprovada por maioria**.-----

----- **6. APRECIACÃO DA PROPOSTA 194/CM/2021 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA À ASSOCIAÇÃO LABORATÓRIO COLABORATIVO PARA O TRABALHO, EMPREGO E PROTEÇÃO SOCIAL (COLABOR), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E NOS ARTIGOS 53º E 59.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO ATUAL, E SOB CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO DO RESPECTIVO PARECER PELA 2ª COMISSÃO PERMANENTE; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (A Proposta nº 194/CM/2021, fica anexada à presente Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 2ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação nº 146/03 (2ª CP), fica anexada à presente Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Vamos passar ao ponto 6 da ordem de trabalhos, Proposta nº 194/CM/2021, que tem os erros materiais comunicados.-----

----- O Relator do Parecer da 2ª Comissão é o Senhor Deputado José Alberto Franco que não está presente. -----

----- Alguém pretende referir-se ao parecer?-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado José Alberto Franco pediu-me para apresentar o relatório, mas de um modo muito sucinto e breve, a 2ª Comissão do relatório, do parecer que elaborou e do debate que fez da proposta, considerou útil e pertinente face às matérias em causa, a adesão do município, e considera mesmo muito interessante que a Câmara Municipal de Lisboa se disponha a trabalhar em rede nestas matérias, e recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que permita e facilite o acompanhamento da futura atividade que irá desenvolver por parte da Assembleia Municipal de Lisboa, que mantenha a Assembleia e a futura comissão em permanente atualização relativamente à matéria específica do teletrabalho e os seus efeitos na economia da cidade. -----
----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mais uma vez boa tarde a todos e a todas. -----

----- A proposta da 2ª Comissão que hoje discutimos e votamos recomenda à CML que permita e facilite à Assembleia o acompanhamento dos trabalhos e participação no quadro da atividade da Colabor e que mantenha a referida Comissão informada sobre os efeitos do teletrabalho na economia da cidade. São duas questões a que não nos opomos. No contexto que vivemos, haver estudo e informação disponível é relevante e os dados a que a CML possa aceder contribuirão para a reflexão desta Assembleia sobre a situação económica na cidade. Por isso, iremos votar favoravelmente a recomendação. -----

----- A proposta 194 da Câmara, em si, é toda uma outra questão. Falemos primeiro do teletrabalho: ao contrário da recomendação da 2ª Comissão, que refere claramente a importância de acompanhar os efeitos do teletrabalho na economia da cidade, esta proposta fala-nos do teletrabalho dos trabalhadores do Município – a auscultação dos trabalhadores e dirigentes envolvidos (Considerando I), inquéritos e focus group sobre impactos, condições de trabalho e necessidades de equipamentos e ferramentas informáticas (Considerando II), as conclusões de resultados de inquéritos a trabalhadores do Município (Considerando III), entre outros. A proposta hoje em debate afirma “está a ser desenhado um novo modelo de organização do trabalho à distância”. Só esta afirmação deveria questionar-nos a todos: quem o está a desenhar? Com que objectivo? Ouvindo quem? A proposta também refere que os trabalhos e decisões têm contado com os trabalhadores e estruturas sindicais representativas dos mesmos. Mas sabemos que, até agora, a CML apenas pediu opinião aos sindicatos sobre uma possível Adenda ao Contrato e, depois de obter essa opinião, nenhum outro contacto foi feito sobre esta matéria. Não nos parece suficiente para afirmar que as decisões que estão a ser tomadas contam com os sindicatos. -----

----- A outra questão tem a ver com os estudos a levar a cabo pela referida Associação. Estaremos todos de acordo que estudar as matérias é sempre positivo. Mas, neste caso, propõe-se que o Município se associe a um laboratório de investigação para, nomeadamente, “uma análise de natureza quantitativa sobre a permeabilidade de diferentes ocupações para a sua realização em teletrabalho”... “versando também quanto à adopção futura do teletrabalho e os seus impactos”

(Considerando X). A proposta pretende fazê-lo aderindo o Município a uma Associação que tem como associados fundadores centros de investigação, naturalmente, mas também grandes empresas. Portanto, os académicos e os patrões. E é este Laboratório que irá estudar e propor alterações para os trabalhadores do Município. -----

----- Estudar é importante mas não é indiferente quem estuda nem para que é que se estuda. Neste caso, a opção é aderir a um laboratório de investigação que tem como Presidente da Mesa da Assembleia Geral a MOTA-ENGIL, como Secretário da Mesa a Delta Cafés ou como sub-director a SONAE (está nos Estatutos!). Um laboratório que não tem nos seus fundadores qualquer organização representativa dos trabalhadores. E não era obrigado a ter. Assim como o Município não é obrigado a estudar seja o que for na área do trabalho e das relações laborais com uma instituição que, à partida tem este perfil. -----

----- Por considerarmos que esta proposta pretende fazer um caminho neste anunciado novo modelo de organização de trabalho à distância no município, sem envolver os restantes eleitos e as organizações representativas dos trabalhadores, e por pretender fazê-lo com uma Associação com as características enunciadas, só podemos votar contra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Avelãs (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os Deputados Municipais Cidadãos Por Lisboa eleitos como independentes manifestam-se favoravelmente ao pedido de adesão da Câmara Municipal de Lisboa à Associação Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social (CoLABOR). -----

----- Esta associação é plurifacetada como de resto já aqui foi dito. É constituída por instituições ligadas ao ensino superior, nomeadamente, ao ISCTE, à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e ao Centro de Estudos Sociais. Mas também, é constituída por organizações de intervenção social e por empresas que desempenham um papel importante na economia nacional. -----

----- Como o seu próprio nome indica o seu centro essencial de intervenção são as questões ligadas ao mundo do trabalho, à proteção social e também à atividade sindical. -----

----- Acontece que neste preciso momento surge uma questão nova nas relações de trabalho que é uma nova tipologia de trabalho. Aquilo que antes da pandemia COVID-19 era residual, o teletrabalho, o trabalho remoto, o trabalho com plataformas, os dados apontam para que se tornará uma realidade muito forte porque o número significativo de trabalhadores, um número significativo de empresas dão indicações que vão apostar neste tipo de trabalho. -----

----- Este tipo de trabalho tem evidentemente, vantagens e inconvenientes, mas tem sobretudo um enorme perigo para quem trabalha é que a legislação é muito pouco segura, ainda muito pouco densificada, e não permite a garantia de direitos fundamentais para quem trabalha, nomeadamente, os horários de trabalho, a privacidade, a segurança social, a contratação coletiva e o direito à participação

sindical. Ou seja, é importante que se reflita e se estimule a investigação e o conhecimento para que seja possível elaborar um novo tipo de regulamentação laboral que garanta os direitos a quem trabalha.-----

----- É evidente que as lutas dos direitos de quem trabalha são lutas feitas pelos sindicatos. Mas também é verdade que as lutas dos sindicatos ganham relevo, dinâmica e eficácia se souberem incorporar o trabalho de investigação, o trabalho de estudo que é feito por associações como a CoLABOR e outras associações da mesma natureza.-----

----- É por isso que consideramos muito positivo que a Câmara Municipal de Lisboa manifeste a sua intenção de aderir à CoLABOR. Temos a certeza que deste trabalho resultará a garantia de segurança dos trabalhos laborais não só dos trabalhadores do município, mas quero crer que sirva de exemplo e de estímulo para que outras organizações da Administração Pública, e os sindicatos, percebam que é útil trabalhar com a CoLABOR, é útil trabalhar com os investigadores destas áreas porque deste trabalho resulta uma maior segurança para os trabalhadores, para a atividade sindical, muito mais clareza naquilo que é necessário defender.-----

----- Aproveito para dizer, também, que o sindicato que teve a honra de presidir durante muitos anos financiou à sua medida, desde o princípio, o Centro de Estudos Sociais, está satisfeito por tê-lo feito, irá continuar a fazê-lo, sendo que tem tido resultados bastante positivos por esta colaboração.-----

----- Votaremos a favor.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Dizer apenas que sou tendencialmente a favor da proposta. Mas mais uma vez, é mais uma proposta de adesão a uma associação com custos para o município sem que se cumpra a recomendação unanimemente aprovada por esta Assembleia Municipal de publicitar as participações deste género em associações.-----

----- Cada vez que há uma causa por muito nobre que seja, clama-se pela moedinha de Santo António sem que haja um controle efetivo de associações às quais a Câmara Municipal dá a sua participação e o seu financiamento sem o direto controlo dos munícipes.-----

----- E depois, vem-se para aqui falar das empresas municipais e nas pequenas SRU’s.--

----- Eu considero isto verdadeiramente premente, de esclarecimento absolutamente premente ao nível da cidade de Lisboa.-----

----- Disse.”-----

----- **O Senhor Vice Presidente João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só para esclarecer dois pontos que me parecem fundamentais:-----

----- Um primeiro ponto, que de facto o objeto desta associação, deste laboratório colaborativo, que está definido na legislação nacional sobre aquilo que são os laboratórios colaborativos, em que tentam fazer aquilo que há muitos anos se

preconiza sobre a relação que deve existir entre o meio académico e aqueles que precisam de investigação aplicada, é no fundo aquilo que está aqui presente.-----

----- Mas os temas de fundo abordados anteriormente, a esta discussão é o mundo do trabalho, do emprego, da proteção social. É este o objeto principal, juntando aquilo que são instituições do meio académico com instituições públicas e com instituições privadas.-----

----- Parece-me fundamental que o Município de Lisboa disponha de um conjunto de interações que podem consubstanciar-se em associações, como temos algumas outras, mas que permitam ter esta capacidade de usufruir de, por um lado, usufruir daquilo que são experiências académicas e a informação e o trabalho académico sobre estes temas. Por outro lado, a possibilidade de nos compararmos com outros sejam eles públicos, ou privados, sobre os temas em apreço, sobre o mundo do trabalho, do emprego e da proteção social.-----

----- Obviamente que o tema incontornável nos dias de hoje é o teletrabalho. -----

----- Também é óbvio, e aqui sou a levado a concordar com o PCP numa certa preocupação com aquilo que são as novidades que a intensificação desta matéria nos podem trazer. Mas depois, temos duas formas de abordar esse nosso receio: -----

----- Um é metemos a cabeça na areia e ficamos só com o receio, deixando tudo acontecer à nossa volta. -----

----- O outro, diria eu que é o nosso, é sabendo que há aqui um conjunto de vantagens e inconvenientes nestas novas possibilidades, que aliás não são novas para muitos sectores, e não são novas mesmo no município de Lisboa. Nós temos pessoas com muito boas experiências a trabalhar em teletrabalho há muitos anos, trata-se aqui de uma maior, ou menor, generalização desta forma de trabalhar.-----

----- Há duas garantias que eu gostava aqui de dar este tema.-----

----- Independentemente de todas as experiências que tivermos, de todas as análises que fizermos, elas serão trazidas a estes órgãos no momento próprio, depois de estudarmos, e vamos estudar, vamos preparar a informação e vamos trazê-la com democraticidade para tomarmos as decisões.-----

----- Mas também há outra garantia, essa que não vamos sair dela. Pode haver opiniões diferentes, mas nós lutaremos para que assim seja. Assim, qualquer adesão ao teletrabalho, a esta outra forma de trabalhar, que para nós será uma abordagem mista, não será nunca feita sem uma adesão que é voluntária e que é de interesse recíproco. Ou seja, só poderão ser colocadas em situação de teletrabalho as pessoas que assim o desejarem. E que o município considere que é dessa forma a forma adequada para desenvolver as suas funções que estão em causa. Isto é uma garantia enquanto eu for Vereador dos Recursos Humanos esta será a forma de este tipo de abordagem acontecer, ou seja, com o interesse mútuo expressamente manifestado. E com uma outra regra que é se uma das partes, o trabalhador ou o município, deixarem de estar interessados nesse sistema, voltarão ao sistema normal. E isso é para nós uma regra fundamental de qualquer evolução que se faça sobre esta matéria. -----

----- Agora, nós não temos medo da inovação, não temos medo da evolução. -----

----- Há fatores que podem ser negativos, com certeza. Vamos estudá-los, vamos aprender com eles, e vamos tentar encontrar as soluções. -----

----- Há fatores positivos, com certeza que há. -----

----- E portanto, é desse equilíbrio, desses novos equilíbrios, e da evolução sobre estas matérias que temos de fazer a nossa evolução de vida. Nós não podemos ficar obstaculizados pelas novidades, pela inovação. Temos que ser capazes de olhar para ela e tirar daí o melhor que tenha para nos dar.-----

----- Eu gostava, também, de reafirmar aqui uma coisa que tenho dito sempre: este Executivo tem claro que os sindicatos têm um papel fundamental no trabalho e no mundo do trabalho. E nós respeitamos os sindicatos e queremos sempre trabalhar com os sindicatos como estamos a fazer em relação a esta matéria. Já falámos várias vezes, do ponto de vista mais formal quando se tratou de tratar validar o tal anexo de que falou a Deputada Natacha Amaro, mas também foi-nos falado de forma mais informal o tema. Quando tivermos mais formalismo para colocar em cima da mesa, colocá-lo-emos. Estamos a estudar. Nós gostamos de estudar as coisas quando não as conhecemos bem. Como nenhum de nós aqui as conhece. -----

----- E depois, dizer ainda, para terminar, esta instituição é uma instituição que estamos a aderir, qualquer sindicato pode aderir a ela, portanto, eu aliás, já desafiei alguns a entrarem para esta associação, da mesma forma que lá estão instituições públicas, instituições privadas empresariais, e a academia como bem referiu. -----

----- Portanto, este trabalho em equipa, este trabalho colaborativo, certamente, dará bons frutos.-----

----- Mas gostaria aqui de reafirmar que uma das pessoas que faz parte desta equipa de trabalho, a mim pessoalmente, dá-me imensas garantias de que aquilo que é a defesa dos interesses dos trabalhadores e daquilo que é alguém que conhece bem o mundo do trabalho, estará presente sempre nestas mesmas equipas de trabalho e isso dá-me algumas garantias. Esse nome é Carvalho da Silva, ex. Secretário Geral da CGTP. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vice Presidente.-----

----- Vamos passar à votação.-----

----- Vamos votar a **Proposta nº 194/CM/2021**. Votos contra do PCP e do PEV, abstenção do Deputado Municipal Independente Rui Costa e os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, Carlos Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro. A **Proposta nº 194/CM/2021** foi aprovada por maioria.-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação nº 146/03 (2ª CP)**, que tem dois pontos e, a pedido do PEV, votar-se-á o primeiro ponto e de seguida o segundo ponto.

----- **Ponto 1 da Recomendação nº 146/03 (2ª CP)**, Não há votos contra, abstenção do PCP e do PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, Carlos

Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 1** da **Recomendação nº 146/03** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Passamos ao **Ponto 2** da **Recomendação nº 146/03**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, e dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 2** da **Recomendação nº 146/03** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- **7. APRECIACÃO DA PROPOSTA 247/CM/2021 - CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO PROGRAMA COM A EMEL – EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE DE ESTACIONAMENTO DE LISBOA, E.M., S.A., PARA ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E NOS ARTIGOS 42.º, 47.º E 50.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO ATUAL, E SOB CONDIÇÃO DE APROVAÇÃO DO RESPECTIVO PARECER PELA 8ª COMISSÃO PERMANENTE; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----

----- (A Proposta nº 247/CM/2021, fica anexada à presente Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 8ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Esta proposta tem os erros materiais que foram comunicados.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** interrompeu referindo o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente, declaro-me impedido.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, respondeu: -

----- “Muito bem. O Senhor Deputado Rui Costa declara-se impedido. -----

----- O Senhor Relator do parecer pretende apresentar o relatório? -----

----- Faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** na qualidade de relator do parecer da 8ª Comissão Permanente, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Em 2021 estima-se que as receitas da EMEL tenham um decréscimo de 4.379.550 euros (quatro milhões, trezentos e setenta e nove mil, quinhentos e cinquenta euros), derivado da situação de pandemia que o país atravessa e pelas razões que passo a descrever: -----

----- Suspensão de cobrança das tarifas municipais de estacionamento na via pública de 25 de janeiro de 2021 e 13 de abril de 2021;-----

----- Alocação de parques de estacionamento para residentes, nos meses de janeiro a março de 2021; -----
----- Emissão de dísticos para profissionais de saúde alocados ao combate à pandemia; -----
----- Isenção de pagamento de rendas de 3 estabelecimentos comerciais de restauração instalados nos seus parques de estacionamento; -----
----- Concessão de 5.000 passes gratuitos do serviço de bicicletas GIRA para promover a mobilidade ciclável como modo de estacionamento alternativo; -----
----- Manutenção de custos de estrutura associados à manutenção do normal desenvolvimento das suas competências, designadamente no que concerne à fiscalização do estacionamento. -----
----- O valor atribuído visa garantir o equilíbrio das suas contas face às condicionantes decorrentes dos efeitos da pandemia de COVID-19 na atividade da empresa EMEL, nomeadamente das suas receitas. -----
----- Também gostaria de referir que o parecer do Fiscal Único conclui referindo que de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração da EMEL, a melhor estimativa para a atribuição do subsídio à exploração é de 4.379.550 euros, para o qual emitem parecer favorável. -----
----- Disse.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros colegas, Público presente. -----
----- Senhor Presidente apenas uma breve nota para dizer que o Partido da Terra irá votar contra esta Proposta porque entendemos que atribuir à EMEL mais um subsídio à exploração no valor de quatro milhões e tal de euros para fazer face às perdas de receita resultantes da suspensão das suas actividades, num momento em que os sectores do comércio e dos serviços na cidade de Lisboa agonizam fruto dos impactos das medidas de contenção da pandemia e quando muitas destas empresas nem sequer cumprem os critérios que as tornam elegíveis para as diversas linhas extraordinárias de apoio criadas pelo Governo e pela Autarquia, é no mínimo escandaloso e factor que desincentiva à racionalização dos seus recursos e à criação de rendimentos próprios. -----
----- Gostaria de recordar, como aliás já aqui o fizemos em diversas ocasiões, que a EMEL é uma das empresa municipais que mais viu o seu orçamento para este ano engordar, aumentando em 47% relativamente ao ano transacto, passando de 43 milhões de euros em 2020 para 63 milhões em 2021, e tudo isto no meio de um ano pandémico e num momento em que, não obstante a escassez de rendimentos das famílias, a EMEL começou já a cobrar pelo estacionamento em Lisboa. -----
----- Termina, referindo que, apesar dos avultados montantes de dinheiros públicos que aqui hoje discutimos, continuamos desde 2019 a aguardar a apresentação pública do estudo sobre as necessidades de estacionamento em Lisboa, encomendado pela EMEL, e que as “soluções integradas de mobilidade urbana”, referidas nos considerandos desta Proposta 247/CM/2021 como missão da EMEL nunca passarão de uma miragem enquanto continuar a faltar em Lisboa uma rede integrada de parques

de estacionamento dissuasores nos limites exteriores da cidade e com ligações aos transportes públicos que assegurem horários e condições de conforto e de segurança aceitáveis. -----

----- Muito Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde novamente a todos. -----

----- O ponto sete diz respeito à celebração de um contrato programa entre a Câmara e a EMEL não usual, no valor de 4.379.550 euros, e ele decorre do facto, segundo os considerandos, de, e passo a citar: *‘Ser necessário acomodar os impactos, desde logo, da pandemia e da consequência inoperação da própria empresa e de um conjunto de deliberações que o município tomou que impactam naquilo que é a receita’*. -----

----- Mas vejamos, então, qual a situação da EMEL em matéria de performance económica no ano 2020. -----

----- O que chegou a esta Assembleia em matéria de contas foi, até ao momento, o relatório de execução do terceiro trimestre 2020, e onde é dito no capítulo de introdução na página 3, e passo a citar: *‘O decréscimo dos rendimentos face a 2019, só não é mais significativo uma vez que de acordo com a deliberação n.º 245/AML/2019, sobre a Proposta n.º 229/CM/2018, que altera o modelo de remuneração do Município de Lisboa pela gestão e exploração do estacionamento público urbano tarifado superfície confiado à EMEL, permite a empresa calcular a seu favor três mil novecentos e oitenta e oito mil euros de fim de gestão, compensando a quebra acentuada originada pela suspensão da quase totalidade das atividades operacionais da empresa com especial destaque para o estacionamento na via pública’*. -----

----- Mais adiante, conclui-se: *‘Sem a contrapartida do fim de gestão, a quebra dos proveitos face a igual período 2019, seria de seiscentos e oitenta e dois mil euros’*, ou seja, menos 27.5%. -----

----- São as contas de 30 de setembro de 2020, as últimas disponíveis. -----

----- A EMEL apresentou resultado antes de impostos positivos de seiscentos e quarenta e seis mil euros, e no mesmo relatório é afirmado que a EMEL não tem contratualizado qualquer empréstimo de curto prazo. -----

----- No entanto, o mesmo relatório refere na página 18 e passo a citar: *‘Financeiramente o cenário previsto face aos condicionalismos conhecidos no imediato para o segundo semestre aponta para crescentes dificuldades de tesouraria em particular no último trimestre. A necessidade de recorrer ao endividamento bancário para fazer face aos compromissos assumidos poderá ser uma realidade.’* -----

----- Nada mais sabemos. Não sabemos se a EMEL se endividou, ou não. -----

----- Aguardemos a contas finais desta empresa de 2020, para perceber. -----

----- Mas a verdade é que em matéria de empréstimos o que sabemos é que segundo a proposta que já chegou a esta Assembleia, o município prepara-se para contratualizar o empréstimo de até vinte milhões de euros. -----

----- Chegados aqui, na proposta que apreciamos que a Câmara propõe atribuir à EMEL cerca de cinco milhões de euros para fazer face à perda de receitas da empresa.

----- A pergunta que lhe coloco, Senhor Vice Presidente, é a mesma que lhe coloquei quando foram apresentados aqui os apoios à EGEAC, é o que mais vem aí? -----

----- Já para não falar da triste mensagem que se dá, tantas vezes aqui defendida que afinal as caças às multas pagam efetivamente as contas da EMEL. -----

----- Mas mais, vejamos considerando os apoios dados diretamente a esta empresa, EGEAC apoio de treze milhões de urgência em 2020, e reforço para 2021. E os apoios à CARRIS por investimento, arrisco-me a dizer que o município injectou mais dinheiro nas empresas municipais que toda a verba que coloca disponível no programa Lisboa Protege, o que responde muito mal. -----

----- Nesta proposta o que se faz é propor que antecipando o resultado negativo de final do ano de cinco milhões de euros, se diga já que temos esse valor disponível para cobrir. Permita-me que o confronto com esta incongruência pois o ano passado a EGEAC apresentava já fortes resultados negativos a meio do ano, e apenas no seu final tomou a iniciativa de a resgatar. São sinais cada vez mais fortes de desnorte, fim de ciclo de um executivo instável no caminho e sem rumo na ação. -----

----- Comecei por dizer a introdução que o teor desta proposta seria não usual, mas talvez esteja enganada. Este é o novo normal, o novo normal deste executivo, a atirar dinheiro para cima dos problemas à espera que eles se resolvam por si. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Boa tarde a todos. -----

----- Temos hoje em apreciação e votação nesta Assembleia, a Proposta número 247/CM/2021, referente à celebração de um contrato programa entre a Câmara Municipal de Lisboa e a EMEL, com vista à atribuição de um subsídio à exploração àquela empresa. -----

----- A EMEL, como todas as demais empresas com actividade similar em Portugal, teve uma redução da procura de lugares de estacionamento nas zonas que lhe estão concessionadas, em virtude da pandemia por COVID-19 que afecta o nosso país, o que provocou uma menor cobrança e subsequente queda das receitas, verificando-se ainda que tornou gratuito, e bem, o estacionamento a alguns grupos profissionais da área da saúde, tendo em conta a sua importância em tempos de combate à pandemia. --

----- Verifica-se ainda, que a EMEL cobrou menos multas, mas também não é menos verdade que esta empresa gastou menos verbas em combustíveis e carregamentos de energia eléctrica com os seus veículos, verificando-se de ainda a redução de outras despesas operacionais. -----

----- De igual forma, alguns dos seus estudos ficaram, provavelmente, a aguardar por “*tempos normais*”, para que pudessem ser realizados, nomeadamente, os referentes à avaliação da procura. -----

----- Verifica-se ainda, que face à reduzida mobilidade das populações em época de pandemia, e em cumprimento das determinações da Direcção-Geral de Saúde, também outras actividades foram prejudicadas, sem que houvesse qualquer ajuda ou participação (pelo menos desta dimensão). -----

----- Assim, o Partido Social Democrata entende que a EMEL deveria ter-se readaptado às circunstâncias decorrentes da conjuntura vivida pelo nosso país, como as demais empresas, com maior ou menor dificuldade, o fizeram. -----

----- Por fim, verifica-se que a EMEL no decorrer da pandemia lançou mais duas tarifas, a “castanha” e a “preta”, além de ter transformado zonas com agravamento de tarifas, passando de zonas “amarelas” para zonas “vermelhas” de estacionamento, o que fez com que os valores cobrados se situem, em algumas zonas, ao nível das capitais mais caras da Europa. -----

----- Destarte, e pelos motivos já expostos, o PSD não poderá votar favoravelmente a presente Proposta da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Vice Presidente João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Assistimos, neste momento, a uma situação típica alinhada entre os três intervenientes dado que fazem parte de uma coligação e que agora tentam alinhar-se, enfim, e fizeram-no quase perfeito. E vieram dizer-nos a mesma coisa. E vieram dizer-nos algo que é muito interessante ser analisado. -----

----- O MPT e o PPM, com a devida vénia, têm a responsabilidades que têm, mas o PSD admitamos por ser um bocado maior e ser um partido que tem estado no poder em várias circunstâncias, tem mais responsabilidade, penso eu, em matérias de coerência e consistência sobre aquilo que são as políticas que se defendem. -----

----- Eu admito que os Senhores Deputados, de facto, têm estado um bocado distraídos relativamente a estas matérias de tomar decisões que implicam, ou um acréscimo de custos, ou uma diminuição de despesa e depois serem coerentes, aliás tal como faz o PCP que sobre muitas matérias, sobre esta, foi muito claro. Disse assim, aliás, aprendam, disse assim: nós votámos a favor da isenção das taxas e da gratuitidade dos passes, e de um conjunto de medidas que implicavam uma diminuição de receita para a EMEL e, portanto, agora temos de ser consequentes e temos que apoiar um contrato programa que vem reequilibrar aquilo que são as contas da empresa. Isto foi o PCP em Câmara. -----

----- Ora bem, isto seria já por si só isto é muito grave, ou seja, estão do lado da diminuição da receita, estão do lado do desequilíbrio das contas, quando se trata de equilibrar as contas não estão presentes dizendo que não, não pode ser. -----

----- Ora, foi o mesmo PSD e bem na altura, que tomou a iniciativa na Assembleia da República, de dizer e bem, que os municípios não podem desequilibrar as contas das empresas. Mas esqueceram-se disso. E como se esqueceram, agora, têm esta conversa. Desculpem lá, quer dizer, mas o que é que estão a sugerir? Que deixássemos de pagar salários aos trabalhadores? Que os despedíssemos? Que entrássemos em lay-off? -----

----- Se forem olhar para aquilo que são os custos da empresa percebem, com facilidade, que aquilo que estão a dizer, a diminuição de custos associados aos combustíveis que são uma pequena margem e estão lá reduzidos, daquilo que são os custos com recursos humanos que normalmente se deslocam a pé, esmagadoramente, portanto não têm o mesmo nível de custos que têm, por exemplo, uma CARRIS, que têm autocarros a circular e que, portanto, o maior volume de custos está associado às pessoas.-----

----- E portanto, eu não consigo perceber.-----

----- Mas podiam ter ficado só pela EMEL. Mas a Deputada Aline Beuvink vem dizer-nos, vem chamar-nos à coação a CARRIS e a EGEAC, outros dois bons exemplos. ----

----- Primeiro, as empresas são 100% Câmara, certo? Não estamos aqui a dotar uma coisa estranha. Estamos a dotar empresas com trabalhadores que são outra forma da Câmara se organizar pelo que não estamos a falar de uma outra situação qualquer, estamos a falar daquilo que designamos por universo municipal. Não estamos aqui a enriquecer ninguém. Estamos a dotar empresas para que elas sejam equilibradas. Porque eu não me esqueço como é que encontramos as empresas quando cá chegamos, e foram os mesmos protagonistas que agora pretendem desequilibrar as contas. -----

----- A CARRIS é responsabilidade de muita gente. Aí não vale a pena atirar pedras a ninguém. Mas estamos a falar da Câmara, e na Câmara os protagonistas anteriores também têm nome, certo? E as empresas estavam no estado em que estavam. E nós prometemos que íamos manter as empresas equilibradas e fizemo-lo desde o primeiro dia que chegámos cá. Não foi preciso legislar-se sobre a matéria. E portanto, temos esse orgulho e vamos continuar a fazê-lo.-----

----- Mas Senhores Deputados, os Senhores não apoiaram todas as medidas? Não apoiaram que a CARRIS devia atuar gratuitamente? Reforçar os autocarros? Reforçar as carreiras? E agora queriam o quê? Que não houvesse compensação? Como é que isso se faz? Com dinheiro impresso lá numa impressora na CARRIS?-----

----- E na cultura? Que os Senhores encham a boca para falar na cultura. A cultura defendem-se, nomeadamente, contratando as pessoas. Não é com assistencialismos. É contratando a produção criativa, a produção cultural da cidade, mantendo-a ativa para que agora possamos usufruir dela. -----

----- Como dizia um Vereador do PCP, que eu hoje estou muito virado ali para o PCP, dizia: os senhores querem fazer o mal e a caramunha. Porque sobre esta matéria e com uma completa incoerência sobre o tema, os Senhores queriam decidir sobre a diminuição dos custos, diminuir as receitas da empresa, queriam desequilibrar a empresa, esta empresa em particular, mas também outras empresas municipais de uma forma geral, e não as queriam compensar para conseguirmos manter empresas saudáveis e sustentáveis, que aliás, também é uma técnica muito antiga de uma certa direita, que é destruir empresas públicas, deteriorá-las para depois as alienar a seguir.--

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** no uso da palavra apresentou o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente, pelas simpáticas palavras que endereçou à direita. -----

----- Não acha o Senhor que vinte milhões de aumento no orçamento para este ano não seria já suficiente? E se acha que não, se acha que há a necessidade de mais estes quatro milhões, então porque é que não foram logo integrados, logo propostos no orçamento para este ano? Eu não consigo perceber. -----

----- E quer dizer, daqui mais uns meses, voltamos a ter mais um reforço de um valor porque estamos com dúvidas relativamente aos resultados da EMEL. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vice Presidente João Paulo Saraiva**, no uso da palavra respondeu o seguinte: -----

----- “É com gosto que lhe respondo. -----

----- Em tempos, um deputado desta Assembleia, noutras condições, certamente, noutra função, ofereceu-me uma bola de cristal. Confesse-vos que tinha alguma esperança, que aquela bola de cristal me iria ajudar a adivinhar em tempos normais o que é que iria acontecer no futuro com a receita e com a despesa do município. Mas rapidamente me desiludí. Mesmo em tempos normais. Agora, em tempos excecionais? Com uma pandemia? Em que nós temos dificuldade em perceber alguns dos custos que estão associados às consequências da pandemia e os seus impactos nas receitas? Como é que isso se faz? -----

----- Aliás, nós todos que estamos aqui nesta Assembleia, a Câmara, a oposição, está sistematicamente à procura de melhor informação sobre esta matéria. -----

----- Como é que nós, no início do ano, conseguíamos saber que iriam ser três meses de impacto de isenção? Como é que sabíamos a extensão da pandemia? Tentámos fazê-lo. Conseguimos acertar em muitos, aliás, só assim se consegue ter as contas de 2020. Ainda assim, conseguimos fazer boas previsões, e fomos corrigindo ao longo do tempo com humildade, mas com realismo e de forma defensiva para não desequilibrarmos as contas do município, e desenvolvemos todos os apoios que fossem necessários na cidade de Lisboa. E foi isso que fizemos e continuaremos a fazer. -----

----- E quando à bocado se falou do empréstimo que vem aí na próxima semana, nós estamos a falar de um empréstimo que vai ser contratado com uma lógica preventiva para que se alguma das situações se agravar, nós poderemos fazer face a esses agravamentos. -----

----- Portanto, respondendo-lhe, nós não temos nenhuma bola de cristal. -----

----- No final do ano, corrigimos as situações de 2020. -----

----- E agora, estamos a corrigir preventivamente, porque é até quatro milhões. É a pior estimativa. Admito que possa ficar um pouco abaixo, mas é com aquela expectativa que nos devia estar a unir a todos. Empresas municipais e o município têm de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para proteger a cidade, mas não se pode desequilibrar, onerando aquilo que são as gerações presentes e futuras de forma desequilibrada e não sustentável. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra apresentou o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Senhor Vice Presidente, em primeiro lugar, bolas de cristal, o Senhor e quem lhe deu a bola de cristal, já deveriam de saber que essas coisas não existem e que não vale a pena. Isso só mostra que a esquerda anda um bocadinho confusa e que não tem bem a noção da realidade. Tarot, bola de cristal, isso não funciona. Portanto, não vá por aí, por favor. Porque senão, assim talvez compreendamos porque é que tudo isto chegou a este ponto. Não é? Talvez. -----

----- Em segundo lugar, não acha que uma empresa precisa, seja ela municipal, privada, seja o que for, deverá ser a mesma autossustentável? Estar sempre dependente de subsídios, de tentativas de investimento ou de pedidos de empréstimo? Se calhar devia de pensar numa alternativa. -----

----- Em relação à EGEAC. Bom, sim, com certeza, pagar os salários. Somos favoráveis a que sejam pagos os salários a todos os trabalhadores. Mas, já agora, podiam fazer alguma coisa de cultura, realmente, não é? Era só uma sugestão. -----

----- Muito obrigada Senhor Vice Presidente. E por favor, afaste-se do ocultismo. Isso não vai levar a lado nenhum. -----

----- E sim, a coligação está aqui preparadíssima para vos destronar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vice Presidente João Paulo Saraiva**, no uso da palavra respondeu o seguinte: -----

----- “Bom, não quero eternizar a discussão. Quero só dizer-lhe que estava a tentar ser irónico com a história da bola de cristal. Eu não acredito nessas coisas. Sou muito dado às coisas terrenas, já devia ter visto isso até pelos resultados que apresentamos. Já há tantos anos que cá está, já viu contas tão desequilibradas lá no passado, que agora como as contas estão tão equilibradas, já devia ter percebido que eu acredito pouco no Pai Natal. E em bolas de cristal, também não. Mas estava a ser irónico. -----

----- Agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa, é importante que as empresas e nomeadamente as municipais, de uma determinada natureza tenham as suas próprias receitas. E foi isso que o município fez ao longo do anos. À EMEL atribui-lhe as receitas do estacionamento da cidade. À EGEAC atribui-lhe um conjunto de receitas dos equipamentos culturais da cidade, em que pontua, como sabe, a receita do Castelo. -----

----- Agora, é evidente, que tudo isto está construído e dimensionado para situações normais. Eu recordo que estamos numa pandemia. As receitas do município foram atribuídas às empresas municipais numa situação normal. Mas estamos numa pandemia. A EGEAC quebrou muito a sua receita porque não há turismo. Não há turistas no Castelo, pelo que as receitas diminuíram. -----

----- Em relação à EMEL, estivemos confinados, muito menos pessoas a estacionar. E as que usavam o estacionamento foram isentadas. E portanto, todos contribuímos para essa decisão. -----

----- Logo, se queremos ter empresas sustentáveis como já disse, temos que dotá-las financeiramente, porque elas não têm meios autónomos. Ou seja, temos que tomar

decisões internas no município para reafectar aquilo que são as receitas do município para podermos cobrir esses prejuízos, ou essas não entrada de receitas, que em situação normal estariam a ocorrer. -----

----- Ou seja, o modelo das empresas estamos de acordo que tem de haver receitas próprias para as empresas em situação normal, poderem atuar com o mínimo de dependência daquilo que são as receitas gerais do município, e é isso que temos feito. Mas, obviamente, não podemos ignorar que estamos numa situação de exceção e é disso que estamos a tratar. -----

----- Portanto, não estamos a pensar que a EMEL no próximo ano, se tudo correr como todos esperamos, necessite de um contrato programa, que tenho ideia que na história da EMEL nem nunca teve. Teve contratos de mandato em alguns anos porque o Município de Lisboa resolveu fazer aquilo que me parece óbvio que é quando manda fazer um conjunto de investimentos a uma empresa entrega-lhe a dotação respetiva para que possa desenvolver sem estar a desequilibrar as contas. Mas com exceção disso, a EMEL tem as receitas que o município lhe entregou necessárias para o seu funcionamento e para os seus investimentos na área do estacionamento e da mobilidade, naquilo que são as pequenas intervenções.-----

----- E portanto, é disto que se trata. É uma situação excecional em tempos excecionais. -----

----- Mais uma vez, apelo à coerência em futuras situações deste género porque, de facto, aqui há uma incoerência total daqueles que votam a favor das medidas, e depois não querem manter o equilíbrio das empresas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice Presidente. -----

----- Vamos passar à votação. -----

----- Vamos votar a **Proposta nº 247/CM/2021**. Votos contra do MPT e do PPM, abstenção do PSD, CDS-PP, PAN e dos Deputados Municipais Independentes Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV e os(as) Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, Carlos Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho e Teresa Craveiro. A **Proposta nº 247/CM/2021** foi **aprovada por maioria**.-----

----- *(O Deputado Municipal Independente Rui Costa não participou na apreciação e votação desta Proposta por se ter declarado impedido.)* -----

----- **8. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS; 1,5 X GRELHA BASE - 56 MINUTOS E 15 SEGUNDOS:** -----

----- **8.1. APRECIACÃO DO PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 132/CM/2021 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2021, 2022, 2023 E 2024, NO ÂMBITO DO EMPREITADA – “PARQUE**

URBANO DA QUINTA DA MONTANHA - FASE 2”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL; -----

----- (A Proposta nº 132/CM/2021, fica anexada à presente Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

8.2. APRECIACÃO DA PROPOSTA 242/CM/2021 - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2021, 2022, 2023 E 2024, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ELEMENTOS DE ÁGUA, NO PARQUE DAS NAÇÕES C, AO ABRIGO DE ACORDO-QUADRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E NOS N.ºS 1 E 6, DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL. -----

----- (A Proposta nº 242/CM/2021, fica anexada à presente Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Estas propostas têm os erros materiais que foram comunicados.-----

----- Não há inscrições.-----

----- Vamos passar à votação destas propostas.-----

----- Vamos votar o **Ponto 6** da **Proposta nº 132/CM/2021**. Não há votos contra, abstenção do PSD, MPT e PPM, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV e os(as) Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, Carlos Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 6** da **Proposta nº 132/CM/2021** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos votar a **Proposta nº 242/CM/2021**. Votos contra do BE, abstenção do PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM e o Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PCP, PEV e os(as) Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, António Avelãs, Carlos Teixeira, Daniela Serralha, Joana Alegre, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta nº 242/CM/2021** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Senhores Deputados está concluída a nossa ordem de trabalhos.-----

----- Muito obrigado a todos.-----

----- Está encerrada esta sessão. Para a semana temos nova sessão.”-----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do

n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da
então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, exarado em 6 de
Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----
----- O PRESIDENTE-----